



ÍROHÍN

Brasília, ano XI, nº 18,
ago. - set./2006



O especial talento de José p. 19



Foto: Jussara Martins



Segundo as pesquisas, Lula contou com o voto negro para se eleger no segundo turno. O que isso muda? A superação das desigualdades raciais vai ocupar, finalmente, um lugar central nas políticas públicas? Fica tudo na mesma? p. 2

Foto: Celso Júnior/AE



Cristina Almeida, do PSB do Amapá, com 123.378 mil votos (43,59% dos votos válidos) não se elegeu para o Senado, mas saiu fortalecida do processo eleitoral. p. 6



Abdoulaye Wade, presidente do Senegal, e a lucidez de seus diagnósticos no livro "Um Destino para a África", resenhado por Péricles Cunha, na p. 29

A gangorra da raça e o processo eleitoral

Parece uma gangorra: raça some, raça aparece. Num momento é menos que uma quimera, no outro é o fator decisivo, o divisor de águas. A questão racial é mesmo um tema difícil de esconder. Negada e vilipendiada, eis que ela ressurgiu sempre com mais força.

Na hipótese de haver debate na campanha eleitoral, previa-se que sua presença na disputa talvez se restringisse incidentalmente ao tema das cotas na educação superior. No Distrito Federal, onde a Câmara Distrital aprovou uma versão mais mitigada do Estatuto da Igualdade Racial, não houve durante a campanha nenhum candidato, majoritário ou não, que se permitisse mesmo uma alusão eventual que sinalizasse disposição de fazer cumprir a legislação aprovada e logo engavetada. Isto numa região em que os negros são mais de 46% da população.

As pesquisas divulgadas por dois jornais paulistas, que atuam numa linha de complementação mútua, impulsionaram para o alto a gangorra da raça. Pouco antes do primeiro turno, o jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou dados de pesquisa encomendada ao Ibope, segundo a qual negros e nordestinos seriam mais tolerantes com a corrupção do que brancos do Sul e Sudeste (edição de 25.09.2006, p.A6). Comentei na página do Irohìn que a pesquisa parecia se apoiar nas idéias de Oliveira Viana, autor de "Populações Meridionais do Brasil", cujos delírios racistas tinham criado uma aristocracia "da mais pura cepa ariana" para colocar na gênese da elite paulista. Segundo a pesquisa do Estadão, esses elementos arianos e aristocráticos comporiam

uma espécie de "escol da sociedade", branca, avessa à corrupção, eleitores de Geraldo Alckmin.

Logo após o primeiro turno, a "Folha de S. Paulo" (edição de 08.10.2006) divulgou pesquisa do Instituto Datafolha sobre o perfil do eleitorado de Lula e Alckmin. No que diz respeito à cor e à renda familiar, Lula teria a preferência entre os que têm renda familiar de até dois salários mínimos e entre os pretos e pardos. Alckmin teria a preferência dos eleitores com renda acima de 10 salários mínimos e brancos.

Ouvido sobre o resultado da pesquisa do Datafolha, o antropólogo Otávio Velho, professor do museu nacional da UFRJ, disse que "Havia uma ideologia muito forte da unidade nacional que pressupunha uma grande harmonia. Entre as classes mas também entre os grupos étnicos. Essa forma ideológica da auto-identificação do brasileiro está ruindo".

Está desabando, lentamente, há pelo menos uns trinta anos. Os jornais que gastam editoriais negando a existência da "raça" e contraditoriamente idealizam a miscigenação, índice biológico e cultural da convivência harmônica dos brasileiros, abrem espaço na campanha à presidência da República para a divisão racial da população e, ao mesmo tempo, propagam os valores mais caros da ideologia racista, a saber: a cor da pele e a região são determinantes para fixar critérios de avaliação do ser humano – valores culturais, inteligência, etc. Sendo assim, segundo a doutrina do Estadão/Ibope, a polarização eleitoral entre Bahia (com Lula) e São Paulo (com Alckmin) se explicaria por um fenômeno conhecido como

'degeneração racial'.

O fato é que, em certas circunstâncias, lendo a Folha e o Estadão, você aprende não só que existem raças, mas também que elas se subdividem em raças superiores e inferiores. Os inferiores votam no Lula. A utilização do conceito de raça na conjuntura eleitoral talvez sirva para acentuar uma caracterização de inferioridade do candidato Lula. Ele precisa ser caracterizado, na visão desses formadores de opinião pró-Alckmin, como o candidato dos eleitores desqualificados. (Do tipo assim: vejam quem vota nele...)

Simultaneamente, nos tópicos em que o destaque de cor/raça implica um reforço ostensivo às reivindicações por políticas específicas, a variável desaparece, a gangorra é impulsionada para baixo. Dois exemplos do período: a pesquisa do IBGE sobre mulheres que chefiam famílias foi divulgada pela "Folha de S. Paulo" sem o recorte racial (veja artigo na página ao lado); e no "Jornal Nacional" da rede Globo que foi ao ar em 05.10.2006, o cardiologista Evandro Mesquita disse não acreditar numa prática clínica que leve em conta a cor da pele, "simplesmente porque raça não existe".

O balanço da gangorra é indicativo de acentuada manipulação, que se beneficia de nossas debilidades organizativas e de nossa inconsistente mediação institucional. O resultado eleitoral de candidatos negros de algum modo vinculados à luta contra o racismo, salvo exceções, demonstra que ainda estamos submetidos à poderosa tendência controladora e homogeneizadora dos partidos (dos fran-

galhos de partidos, melhor dizendo), que só quando lhes convém reconhecem muito vagamente a existência do Movimento Negro. E dão a medida ainda, obviamente, de nossa distância da massa negra.

Mas a pesquisa da Folha levanta também, a meu ver, outras questões. O apoio da população negra à candidatura Lula é apenas uma resposta às incipientes políticas sociais de seu governo? Não será também uma expressão de resistência à dominação que poderá, só ela, imprimir um ritmo novo às políticas contra o racismo e pela superação das desigualdades raciais, que são até aqui pouco mais que retórica?

Se o poder do Estado no Brasil sempre se assentou nas desigualdades raciais, pode-se subestimar o alcance político da concentração do voto negro na candidatura Lula? O apoio da massa negra tanto tem implicações insondáveis, que apavora até mesmo seus beneficiários mais imediatos – não foi por puro medo que se inseriram as referências a Gilberto Freire no último programa do primeiro turno?

A gangorra da raça encontra na articulação política, inusitada, com o processo de escolha do presidente da República uma real dimensão de massa, que se debate numa zona indistinta de subcidadania e motiva-se para participar do processo decisório. Há potencial aí para transformar a questão racial no grande desafio do pacto que venha a se rearticular no interior do Estado, num segundo governo Lula.

Edson Lopes Cardoso
edsoncardoso@irohin.org.br

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 14.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohìn, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohìn: Ana Flávia Magalhães Pinto (DF6986JP), Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Elisabete Lopes Cardoso, Fernanda Felisberto, Jamile Menezes, Juliana César Nunes,

Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Regina Adami, Renata Nóbrega e Wania Sant'Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Desenho/Capa (Oxé de Xangô): J. Cunha

Sita: www.irohìn.org.br

e-mail: irohìn@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. **CEP:** 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio de: Fundação Ford



Folha omite **recorte racial** de pesquisa do IBGE

A pesquisa do IBGE sobre mulheres que chefiam famílias tem recorte racial. A Folha de S. Paulo omitiu. Veja a seguir a representação e a precariedade de mulheres negras responsáveis no domicílio.

Wania Sant'Anna*

Na primeira semana de outubro, o jornal "Folha de S. Paulo" estampou na capa o anúncio da inédita pesquisa sobre as mulheres principais responsáveis no domicílio, elaborada pelo IBGE - **"Mulher que chefiar família ganha menos de 3 mínimos"**. O IBGE decidiu analisar essa dimensão da vida das mulheres brasileiras em sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do último mês de agosto e, como tradicionalmente o faz, os resultados dizem respeito a seis Regiões Metropolitanas do país - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

No corpo da matéria da Folha, publicada no Caderno Dinheiro, o conteúdo segue nos destaques considerados mais relevantes, um exercício de pinçar, aqui e ali, precariedade e "avanços", deixando para as três últimas linhas o que nos interessa, essencialmente, sublinhar: "A divisão por região metropolitana mostra que São Paulo concentra 40% das chefes de família do país. A comparação com o total de mulheres que trabalham em cada região revela que Salvador tem a proporção mais elevada: 35,7% das mulheres ocupadas são chefes de domicílio." Salvador? Então, onde está o recorte étnico/racial da pesquisa? Ele existe? Chegamos, mais uma vez, ao ponto. Teria a FSP, novamente, omitido o recorte étnico/racial? Nenhuma surpresa na resposta. Sim, omitiram.

A pesquisa sobre as mulheres principais responsáveis no domicílio, elaborada pelo IBGE, tem recorte étnico/racial e dados com esse

recorte foram mencionados no release de imprensa elaborado pelo setor de comunicação social da instituição. Poucos dados, isso é verdade, mas foram mencionados. Além disso, pesa o fato de, no release, a região metropolitana de Salvador, com o maior contingente de população afro-descendente do país, ser inúmeras vezes destacada e, algo importante para o argumento central da pesquisa inédita, ter a maior proporção de mulheres ocupadas na posição de chefes de domicílios, 35,7% - uma diferença de 6,1 pontos percentuais se comparada à proporção nacional de mulheres ocupadas chefes de família que é de 29,1%. Isso acontece, também, porque Salvador é a região metropolitana com maior percentual de mulheres ocupadas entre as seis regiões estudadas pela PME, 46,9% contra 44,3%. (Tabela 1)

A cor e um outro olhar - Salvador no olho da exclusão qualificada

Considerando o conjunto das seis regiões metropolitanas, entre as mulheres ocupadas principais responsáveis por domicílios, 54,9% são brancas e 44,3% são afro-descendentes (pretas e pardas no linguajar do IBGE). Em Salvador, no entanto, a participação das mulheres afro-descendentes principais responsáveis por domicílios é infinitamente superior às mulheres brancas, 80,1% contra 19,9%. (Tabela 2)

A argumentação clássica é a de que isso se dá pelo fato de Sal-

Tabela 1

Participações das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios no total da população feminina ocupada e da população feminina no total da população ocupada, segundo a região metropolitana - agosto de 2006 (em %)

Perfil de trabalhadora	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Trabalhadoras principais responsáveis/População feminina ocupada	29,6	30,9	35,7	29,3	28,1	28,1	35,3
População feminina ocupada/População ocupada	44,3	42,6	46,9	44,6	43,4	44,2	45,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 2

Distribuição das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios e da população feminina ocupada, segundo a cor ou raça, por regiões metropolitanas - agosto de 2006.

Cor/raça das trabalhadoras	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Trabalhadoras principais responsáveis							
Branças	54,9	37,4	19,9	43,6	55,2	60,4	85,1
Pretas/Pardas	44,3	62,0	80,1	55,8	44,7	37,9	14,5
População feminina ocupada							
Branças	58,2	40,3	18,4	45,5	55,9	66,2	87,6
Pretas	41,0	59,0	81,3	54,1	44,0	32,2	12,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

vador ter a maior proporção de população afro-descendente entre as regiões metropolitanas investigadas. Mas o que nos interessa, aqui, é registrar o grau de precariedade enfrentado pelas mulheres afro-descendentes ocupadas principais responsáveis pelo domicílio na região metropolitana em que elas têm a maior representação - e é isso que a pesquisa e a reportagem deveriam assinalar, caso houvesse interesse real em distinguir as realidades brancas e

afro-descendentes na condição de principal responsável pelos domicílios.

Segundo a pesquisa, embora Salvador tenha, também, a maior proporção de trabalhadoras principais responsáveis com 11 anos ou mais de estudo, 51,6%, é lá que se encontra a maior proporção de mulheres principais responsáveis pelos domicílios na informalidade, 34,2% - ou seja, empregadas sem carteira de trabalho assinada e conta-própria. (Tabelas 3 e 4).

Quanto aos salários, Salvador é a região na qual as mulheres trabalhadoras principais responsáveis tem o segundo menor rendimento médio habitualmente recebido, R\$ 738,22 e o segundo menor rendimento recebido por hora, R\$ 5,02. Perdem apenas para as mulheres trabalhadoras principais responsáveis da região metropolitana de Recife, com rendimento mensal e por hora, respectivamente, de R\$ 644,15 e R\$ 4,69. No entanto, notem que em Recife as mulheres trabalhadoras principais responsáveis com 11 anos ou mais de estudo é de 47,8%, e as mulheres afro-descendentes nesta condição de responsabilidade é de 62,0% - a segunda maior proporção entre as regiões metropolitanas analisadas. (Tabelas 5)

Diante desses dados, a questão a ser levantada para discussão é a de que, em Salvador, há chances de que as mulheres afro-descendentes principais responsáveis pelos domicílios, embora possuam formação escolar superior às demais regiões metropolitanas, vivam em situação de maior precariedade, informalidade e baixos rendimentos resultantes de suas atividades como trabalhadoras. Ou seja, de que os retornos resultantes do investimento em educação sejam minimizados e/ou anulados.

Essa hipótese torna-se ainda mais influente quando analisamos o que se passa em uma outra região metropolitana, com característica étnico/racial oposta à de Salvador, como é o caso da região metropolitana de Porto Alegre. Lá as mulheres trabalhadoras brancas principais responsáveis pelo domicílio são 85,1%, e as mulheres afro-descendentes apenas

14,5% - a menor taxa entre as seis regiões. No entanto, as mulheres trabalhadoras principais responsáveis com 11 anos ou mais de estudo são, apenas, 48,7% - 2,9 pontos percentuais abaixo do registrado em Salvador! E, igualmente importante, registram a segunda menor proporção de mulheres trabalhadoras na informalidade, 27,2%; e terceiro melhor rendimento médio habitualmente recebido, R\$ 948,38 e rendimento recebido por hora, R\$ 6,32.

Resumindo, essas diferenças que indicam discriminação parecem não fazer parte das preocupações da FSP e, também, em alguma medida, do próprio IBGE, que deveria ressaltar aspectos como esses, incluindo, como era de se esperar, a divulgação do recorte étnico/racial para todo o conjunto de aspectos sociais e econômicos levantados pela PME. As diferenças assinaladas para Salvador e Porto Alegre, como discrepâncias, já deveriam indicar a necessidade do recorte étnico/racial. O fato é que, para a população afro-descendente no Brasil, essas informações são extremamente relevantes não apenas para se discutir, em profundidade, as características e as mazelas da discriminação racial, ou para confrontar os argumentos de que tudo isso não passa de uma miragem ou bobagem de ativistas contra o racismo. Trata-se, especialmente, de validar e legitimar, com os dados da realidade objetiva, as reivindicações de políticas públicas específicas voltadas para a superação das desigualdades raciais.

*Historiadora (RJ)
wania@irohin.org.br

Tabela 3
Distribuição das trabalhadoras principais responsáveis e da população feminina ocupada, segundo a escolaridade, por região metropolitana (em anos de estudo)

Escolaridade das trabalhadoras principais responsáveis	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Sem instrução e menos de um ano	3,6	4,7	4,0	3,7	3,8	3,7	1,9
1 a 3 anos	7,6	7,8	7,6	8,2	7,3	8,0	5,6
4 a 7 anos	27,2	24,7	21,9	32,9	24,0	28,7	28,6
Menos de 8 anos	38,4	37,2	33,5	44,8	35,1	40,4	36,1
8 a 10 anos	16,2	14,3	14,9	14,4	17,7	16,8	14,8
11 anos ou mais	45,2	47,8	51,6	40,6	47,2	42,6	48,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 4
Distribuição das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios, segundo a posição na ocupação, por regiões metropolitanas - agosto de 2006.

Categoria ocupacional	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Trabalhador Doméstica	21,9	20,1	20,1	23,4	22,1	22,8	19,5
Empregado com carteira assinada no setor privado	29,0	23,1	22,6	26,2	28,0	31,5	33,7
Empregado sem carteira assinada no setor privado	10,3	6,7	9,1	7,2	10,5	12,3	8,4
Militar ou funcionário público	15,3	18,6	18,2	17,3	13,6	14,3	16,2
Conta-própria	19,5	26,5	25,1	21,2	23,1	14,7	18,1
Empregador	3,7	4,2	4,5	4,2	2,6	4,1	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 5
Rendimento médio real habitualmente recebido e rendimento por hora trabalhada das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios e da população feminina ocupada, por região metropolitana, agosto de 2006 (em Reais)

Rendimento habitual mensal	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Principais responsáveis	927,10	644,15	738,22	769,30	949,47	1039,26	948,38
População feminina ocupada	830,87	603,50	662,61	712,54	786,67	944,66	847,62
Diferença em %	11,6	6,7	11,4	8,0	20,7	10,0	11,9
Rendimento hora	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Principais responsáveis	6,31	4,69	5,02	5,63	6,7	6,84	6,32
População feminina ocupada	5,69	4,25	4,71	5,18	5,46	6,32	5,65
Diferença em %	10,9	10,4	6,6	8,7	22,2	8,2	11,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.



irohin na internet !

Acesse www.irohin.org.br e contribua com sugestões nesta fase de instalação e testes.

www.irohin.org.br



Informalidade e Mercado de Trabalho - condicionantes atuais

A grande maioria dos trabalhadores informais não tem qualquer vínculo com o sistema previdenciário

Mário Theodoro*

A informalidade em nosso país tem, além das raízes históricas apresentadas na coluna passada, condicionantes e especificidades importantes. Com efeito, a proliferação das chamadas atividades informais, no Brasil, tem se dado tanto em momentos de crise – a justificar o argumento da falta de emprego – quanto em momentos de crescimento – o que afronta teses que previam seu fim, no médio prazo.

Sem sombra de dúvida, trata-se de algo constitutivo de nosso sistema econômico. O comércio de rua, os mascates, prestadores de serviços diversos, o próprio emprego doméstico, entre outros, fazem parte do cotidiano urbano brasileiro. Diria mesmo que, de um modo geral, o próprio funcionamento de nossa sociedade depende, e muito, do trabalho informal.

A bem dizer, a expressiva informalidade, que hoje abarca mais da metade da mão-de-obra no Brasil, é fruto da confluência de três grandes tendências: (i) uma concentração de renda particularmente acentuada, (ii) a ausência de marcos institucionais regulatórios e (iii) a capacidade de articulação e de sobrevivência dessas atividades num mercado bastante complexo. Em outras palavras, a desigualdade extrema, a falta de Estado e a capacidade empreendedora dos pequenos, constituem o caldo de cultura da informalidade.

Ao contrário do que muitos postulam, o informal está atavicamente associado ao lado formal da economia. Há exemplos em profusão. O Brasil, hoje, atingiu o primeiro lugar no ranking da reciclagem de alumínio. Passamos o Japão, os EUA e os países da Europa. Como? À custa de crianças catando latinhas nas ruas, de famílias inteiras vivendo em lixões, enfim da busca da sobrevivência em meio à miséria, fruto, como já assinalamos, da vigência da desigualdade, da falta de Estado e da necessidade (e/ou capacidade) de sobrevivência. No encontro da formalidade com a informalidade, o “moderno” e o “arcaico” se fundem, constituindo uma totalidade particularmente dinâmica mas operando na criação e recriação da iniquidade.

É esse o ponto que gostaria de ressaltar. A informalidade está enraizada em nossa sociedade,



Foto: Daniel Cardoso

de, em nosso dia a dia, a explicitar, de um lado, a desigualdade extremada e a ausência de aparato legal e, de outro, as estratégias de sobrevivência, as habilidades em se manter no mercado, a capacidade de forjar alianças.

Em pesquisa recente sobre o informal no Distrito Federal¹, encontramos alguns resultados interessantes. Cerca de metade dos trabalhadores informais no DF se concentram em três atividades: comércio de rua, emprego doméstico e serviços de reparação (eletricistas, pintores, encanadores e pedreiros). Em sua maior parte, os trabalhadores informais são negros – cerca de 62% – o que corrobora com um certo senso comum. Do mesmo modo, a grande maioria (77%) dos informais não tem qualquer vínculo com o sistema previdenciário. Além disso, mais da metade dos entrevistados ganhavam até dois salários mínimos, o que reforça a idéia que associa a informalidade aos baixos rendimentos.

Outros aspectos, específicos a cada uma das três atividades analisadas, dão um quadro interessante da informalidade. Voltaremos ao tema.

Em Tempo: Acaba de ser publicado um livro intitulado “Da Criminalização do Racismo: aspectos jurídicos e sociocriminológicos”, de autoria de Fabiano Augusto Martins Silveira, Consultor Legislativo do Senado (Ed. Del Rey, BH). Trata-se de um trabalho de grande fôlego e que se configura em um importante referencial para a questão da relação entre a prática do racismo e as respostas do aparato institucional legal. Aos interessados no tema vale a pena conferir.

**Doutor em Economia e consultor do Senado Federal.
mario@irohin.org.br*

¹ *Atividades Informais no Distrito Federal: três estudos de caso, de autoria de Mário Theodoro e Cristiane Girard, no prelo.*



Uma vitória não se constrói em um único pleito

Cristina Almeida*

Minha candidatura nasceu da coragem e da vontade genuína de romper com um ciclo de poder ineficiente e viciado que impede o crescimento e a maturação do Amapá. Nasceu da necessidade de apresentar uma alternativa real de ação democrática, voltada para as questões mais importantes que interessam ao coletivo da sociedade. Nasceu da urgência em desopilar as veias da política em nosso estado, oxigenando as idéias e tornando possível que a esperança volte a ocupar o lugar da apatia.

O discurso dominante no Amapá é o da "harmonia entre os poderes". Essa "harmonia" significa: o Executivo faz o que quer com o dinheiro público, desde que atenda aos excessos do Legislativo e do Judiciário. Poucos fiscalizam e a maioria segue "harmonicamente" com a conivência assombrosa da quase totalidade da imprensa. Foi contra isso que lutamos e quase vencemos. Veio reforço de Brasília para impedir minha vitória, o Ministro de Minas e Energia participou de programa eleitoral pedindo voto para o meu adversário.

Passada a primeira semana do final da votação do primeiro turno, ainda colhemos os frutos amargos do enfrentamento contra o poderio do dinheiro e contra a conivência de setores do poder público que deveriam se portar de modo a coibir os abusos eleitorais.

Lutamos também contra a mentalidade atrelada às elites, que marca a conduta de muitos setores da sociedade que deveriam, por princípio, se posicionar em favor dos avanços democráticos e da autodeterminação do povo do Amapá. O exemplo mais claro foi uma junta governativa da UNA-União dos Negros do Amapá, bem como a Secre-



Foto: Chico Terra

taria Estadual Afro-Descendente do Estado do Amapá, que optou pelo apoio ao Sarney, um claro representante do coronelato na política brasileira, por considerar que ele poderia atender a seus interesses mais comezinhos.

Esqueceram-se de que em dezesseis anos de mandato de Senador pelo Amapá, Sarney nunca deu apoio à maior manifestação cultural do estado do Amapá, a "dança do marabaixo", nunca visitou nenhum movimento negro nem tampouco liberou recursos de emendas parlamentares para demarcar nossas terras de quilombos. Mais fomos vitoriosos quando tínhamos a maioria das comunidades negras, movimentos negros e mulheres negras abraçando e acreditando na nossa vitória. Nosso povo foi acuado

pelas ameaças de perda de benefícios, de perseguições nos órgãos públicos e nas empresas privadas. Muitos nos apoiaram calados, quietos e assustados. Outros, infelizmente, optaram por apoiar a candidatura do poderio econômico em troca de benefícios e favores.

O fato de ser mulher e negra serviu de mote para uma campanha suja levada a termo pela candidatura adversária, que manipulava o senso comum com o velho discurso da competência. De um lado, um ex-presidente da República com vasto currículo, de outro uma negra que parecia não ter saído de lugar nenhum. O preconceito foi ainda mais longe em sua estratégia suja; alguns pastores evangélicos aliados de Sarney berravam em suas igrejas dizendo que meu turbante sig-

nificava "magia negra", "macumba".

Para uma cultura que privilegia as aparências e as inúmeras folhas de um currículo formal, minha candidatura realmente parecia ter nascido do nada. O tempo que dispus para divulgar minha história de vida e de trabalho não foi suficiente para fazer frente a essa estratégia, incansavelmente explorada pelo adversário. Muitas pessoas não conseguiram compreender que um currículo só é vivo quando está a serviço do povo e que os títulos são letra morta quando servem apenas para enfeitar estantes e atender aos interesses dos ricos.

* Cristina Almeida é do Inema - Instituto da Mulher Negra do Amapá e filiada ao PSB.



Entrevista Ela Castilho

“O embate está na regularização fundiária”

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

Curitibana criada em Porto Alegre, Ela Wiecko Volkmer de Castilho é uma procuradora que definitivamente foge à regra da austeridade e tem uma atuação reconhecida na militância dos direitos humanos. No dia 08 de setembro, ela nos recebeu em seu gabinete na Procuradoria Geral da República para conversarmos sobre quilombolas, a atuação do Ministério Público, as políticas de governo voltadas para esse segmento, dentre outras questões.

Ìrohìn - Fale um pouco sobre sua trajetória profissional.

Ela Castilho - Em 1973, eu prestei concurso para o INCRA, o primeiro concurso para procurador e advogado do INCRA, e vim para Brasília. Depois, em 1975, fiz o concurso para a Procuradoria Geral da República. Vou então para o Sul, passo pelas procuradorias de Curitiba e Florianópolis e, em 1992, volto para Brasília aceitando a promoção para sub-procuradora geral. Assumi a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão em maio de 2004 e estou no meu segundo mandato.

Ìrohìn - O que é a PFDC e quais são suas principais atribuições?

Ela Castilho - A PFDC foi criada em 1993, com a Lei Complementar nº 75, e ela faz a coordenação da atuação dos procuradores dos direitos do cidadão. O campo de atuação da PFDC é muito amplo e tem uma interface com a atuação da Câmara de Coordenação e Revisão, especialmente a 3ª Câmara, que trata da ordem econômica e defesa do consumidor; a 4ª Câmara, que

cuida do meio ambiente e patrimônio cultural; a 5ª Câmara, que trata da defesa do patrimônio público; e a 6ª Câmara, que resguarda os interesses das comunidades indígenas e outras minorias. A PFDC, além de dialogar com essas temáticas, acaba assumindo tudo o que não está nesse campo específico das Câmaras, trabalhando na defesa dos direitos constitucionais



Fotos: Carlos Moura

da pessoa humana. De forma exemplificativa, nós atuamos na garantia do direito à saúde, à educação, à acessibilidade, à liberdade de expressão e informação, à segurança pública, dentre outros.

Ìrohìn - E as questões pertinentes à discriminação racial e à garantia dos direitos da população negra?

Ela Castilho - Com a Conferência de Durban, a temática entra na agenda política na PFDC. Houve a instauração de um inquérito, um

grupo de trabalho sobre discriminação racial e ações afirmativas. Isso deu visibilidade ao assunto dentro da Casa e promoveu algumas ações, sendo qualificados alguns procuradores e procuradoras nesse tema específico.

Ìrohìn - Como você percebe a situação quilombola no Brasil? Você nos disse que tra-



balhou no INCRA. Teve contato com essa realidade naquela época?

Ela Castilho - No INCRA foi interessante. Por volta de 1973, eu chefei uma coordenadoria agrária dentro da Procuradoria Geral e era muito comum chegarem pessoas, lavradores, gente muito pobre, que tinha vindo depois de vários dias de caminhada e relatavam que estavam sendo expulsos e toda sorte de problemas que até hoje vemos acontecer. A maioria dessas pessoas vinha da Bahia, ali das margens do

São Francisco. Mas na época era completamente invisível, para a gente do Direito, a existência desses grupos com identidade cultural. Imaginávamos somente aquele campesinato pobre e que não tinha os documentos da terra.

Ìrohìn - A questão racial não entrava?

Ela Castilho - Não entrava e aí é lamentável, porque eu tive o acesso ao problema, mas não tinha a percepção. Não sei se mesmo que tivesse teria alguma força, era ainda muito jovem... Mas hoje eu compreendo esse processo. As pessoas que vinham eram todas negras... Já em 1992, tive o meu primeiro contato específico com a questão com as reivindicações de Rio das Rãs, no oeste da Bahia. Esse caso foi paradigmático, porque foi quando se começou dentro da Procuradoria a se discutir o art. 68 do ADCT. Foi um caso marcante, fui pessoalmente até o local e senti a resistência e hostilidade do fazendeiro. Propusemos então a primeira ação civil pública. A partir daí, começaram a vir outros casos. Mas nesse momento eu me afastei dessa área e assumi a coordenadoria da Defesa do Patrimônio Público e só voltei a tratar dessas questões em 2001, quando fui ser membro da 6ª Câmara. Mas nesse período em que estive afastada, a 6ª Câmara assumiu a temática e há todo um trabalho muito antigo de posicionamento. Houve mesmo uma influência do pensamento da 6ª Câmara para a Fundação Cultural Palmares, para o INCRA.

Ìrohìn - Como se dá o processo de titulação das terras?

Ela Castilho - Há a previsão

constitucional no art. 68 do ADCT, que reconhece a propriedade das terras para as comunidades quilombolas. Bem, o modelo adotado para o reconhecimento da comunidade é o da autodefinição. A Fundação Cultural Palmares emite a certidão de auto-reconhecimento e o INCRA faz a regularização fundiária. Agora, sempre se discutiu muito e eu acho que o problema continua. Porque o INCRA tem toda uma tradição, uma *expertise* em fazer a regularização fundiária, fazer a demarcação, o levantamento, etc. Acontece que o INCRA trabalha com uma lógica de regularização que é aquela lógica dos lotes, não tem a lógica do coletivo. Mesmo isso já tendo sido discutido dentro do INCRA e de se ter portarias específicas de como se efetua a regularização para os quilombolas, a maioria dos funcionários, dos servidores e, principalmente, os agrimensores, os engenheiros agrônomos, não têm essa dimensão cultural, não trabalham com isso. Existe uma resistência.

Ìrohìn - Mesmo cumprindo todo o trâmite legal, a titularização da propriedade para os quilombolas ainda parece sofrer de uma suspeita instabilidade. Como você enxerga o recente caso de Marambaia, em que o INCRA invalidou a portaria que reconhecia os direitos dos quilombolas, em função de pressões da Marinha?

Ela Castilho - Eu não sei os detalhes. Eu tive alguma informação de que a publicação teria sido feita sem a autorização superior... Mas de qualquer forma, esse fato é demonstrativo da grande dificuldade que essas comunidades, esses grupos têm de serem aceitos, de ter reconhecido o seu direito e um direito que tem de ter uma prioridade em relação a outros. Em relação aos quilombolas a dificuldade está sendo anteposta pelos militares. A dificuldade vem de vários lugares, ela vem do agro-negócio e tudo mais, mas do ponto de vista da postura assumida pelo Estado brasileiro, ela é bem emblemática do ponto de vista dos militares. O discurso, inclusive muito aceito entre os civis, é o da segurança nacional. A

segurança nacional está em primeiro plano. Mesmo que a história demonstre que as comunidades têm uma existência e um direito anterior à propriedade, para a lógica deles é menor. Até o meio ambiente natural é usado como justificativa, que por vezes prevalece sobre o direito das pessoas de continuarem vivendo.

Ìrohìn - O que o Ministério



Fotos: Carlos Moura

rio Público pode fazer nesse caso específico?

Ela Castilho - O envolvimento do Ministério Público nessa questão é muito antigo. O Procurador Regional dos Direitos dos Cidadãos, há alguns anos, entrou com uma ação contra a Fundação Cultural Palmares, contra a União, para fazer o estudo dessa comunidade. Também havia muitas ações propostas pela Marinha pleiteando a reintegração de posse do local. O procurador começou então a intervir nessas ações em defesa das comunidades. Houve inclusive um conflito porque havia um outro membro do Ministério Público que defendia o ponto de vista da Marinha, do patrimônio público, do patrimônio ambiental. Essa ação do Ministério Público continua atualmente por um outro viés, na garantia do direito à saúde, à educação,

de ir e vir. As pessoas da comunidade vieram à PFDC denunciar o fato de que a Marinha impede o acesso de equipes de saúde, fixa horários que são incompatíveis com o horário dos jovens irem à escola, e outros constrangimentos. É uma política que vai criando restrições tais, que muitas pessoas acabam por desistir. Vai matando, asfixiando as comunidades. É realmente uma violação aos direitos humanos. Em relação ao ato específico, como tem a ver com regularização, está sendo acompanhado pela 6ª Câmara.



Ìrohìn - Diante desse tipo de postura, pode-se dizer que há uma política sistematizada para a questão quilombola dentro do atual governo? Afora, é claro, as de caráter eminentemente assistencialista, vide Bolsa Família, Fome Zero?

Ela Castilho - É uma política ambígua. Olhando para trás, acho que nós demos alguns passos. Antes de 1992, ninguém falava em quilombola. Mesmo já estando na Constituição isso era uma coisa que não era tratada. O Movimento Negro conseguiu colocar na Constituição, mas todo mundo esqueceu.

Com a pressão das comunidades, fazendo uma articulação política, uma cobrança, eu me lembro de reuniões requeridas pelo Movimento Negro Unificado para tratar da questão dos Kalunga, nós percebemos que isso foi entrando na agenda. Foi pautado no governo Fernando Henrique e no caso agora do governo Lula isso foi assumido. Então você tem programas específicos, mas eles são programas que não enfrentam a questão básica, tanto para os índios quanto para os quilombolas, que é assegurar o direito à terra. E no caso dos quilombolas é mais difícil, porque os índios já têm uma legislação que é mais clara, mais segura. No caso dos quilombolas, a forma como esse direito está expresso enseja interpretações diversas. Para poder ser mais palatável para os donos da terra, você teria realmente de fazer a desapropriação naquelas propriedades em que houve uma passagem para o domínio privado. Em muitos, muitos casos nós vemos o seguinte: estava no domínio privado, houve a doação para os escravos, mas os escravos por várias razões não registravam e essas terras acabaram sendo griladas. São anos e anos, com pessoas que compraram de boa-fé. Então é muito complicado do ponto de vista jurídico. Tem de ter algum tipo de compensação.

Ìrohìn - Mas o governo não banca isso?

Ela Castilho - O governo não banca. É isso que tem de ser. O governo tem de bancar isso. E tem que apressar essa regularização. E no mais é deixar as comunidades seguirem seu caminho. Porque uma coisa que desde o início a 6ª Câmara colocou é que essas Bolsa Família, Bolsa isso, Bolsa aquilo, elas interferem e desestruturam essas comunidades. Elas monetarizam uma economia de troca. E as pessoas mais antigas muitas vezes não sabem usar o dinheiro. Além disso, existem muitos repasses de financiamento dentro da nossa lógica, em que tem de haver a figura da associação, com prestação de contas, etc. Então, as comunidades acabam se vendo obrigadas a se estruturarem como associações. E o modelo de uma associação não é necessariamente o modelo de estru-

tura de organização política de uma comunidade. Uma pessoa para estar à frente desse processo tem de saber ler, escrever, vir para a capital. E, às vezes, essa pessoa não é o líder político, aquele preto velho que detém a autoridade, ou no caso indígena o cacique também. Então vão se criando artificialidades.

Irohìn -O que pode ser feito



A Ilha da Marambaia fica localizada no litoral de Mangaratiba (RJ), em uma área considerada de segurança nacional e controlada por militares. A única forma de chegar a ela é por meio de barco fornecido pela Marinha, mediante uma autorização prévia. A Ilha da Marambaia era o local onde o Comendador Breves - maior senhor do café e do tráfico de escravos no Rio de Janeiro do século XIX - mantinha seus escravos para "engorda" antes da venda para outras fazendas de café.

É memória dos atuais moradores que, antes de morrer, o "Breves" teria deixado toda ilha para os escravos que lá residiam. Para cada família ele teria atribuído uma praia, mas como a doação foi "só de boca" a família Breves não cumpriu o compromisso assumido pelo antigo dono. Mesmo assim, as famílias negras se mantiveram nas terras até a chegada da Escola de Pesca Darci Vargas, em 1939.

A chegada desta escola marcou um período do qual a comunidade é muito saudosa, pois foi a primeira vez que tiveram acesso ao progresso, pois tinham na ilha: fábrica de gelo, fábrica para sardinha, escola profissionalizante, entre outras coisas.

A partir de 1971, a Marinha do

de fato para contribuir com a questão quilombola? Estamos em plena campanha eleitoral, o caso Marambaia demonstra o real peso da questão para o governo?

Ela Castilho - Eu acho que o embate está na regularização fundiária. Então seria realmente uma alocação de recursos para fazer desapropriações. O que está dentro do bojo de uma coisa que o

governo não tem tratado com a necessária firmeza, que é o modelo agrário brasileiro. É essa a questão. No fim a balança sempre pesa em favor do agro-negócio. Agora saiu uma lei da agricultura familiar, mas, na prática, é sempre para o agro-negócio. É muito difícil, mas é isso que faria a diferença. Em relação a Marambaia, mesmo se houve um equívoco, haveria que se

pesar toda a expectativa de uma comunidade, de várias famílias. Como vou desfazer isso? Mas aí não tem dó. Para essa demanda, esse direito, não faz mal. Pode-se rasgar qualquer papel. Mostra bem o pouco caso.

***Mestra em Direito (UnB) e ativista do EnegreSer. analuiza@irohin.org.br**

Quilombolas resistem à pressão da Marinha

Portaria que reconheceu os direitos dos remanescentes do quilombo da Ilha de Marambaia foi publicada no DOU e revogada no dia seguinte, por pressão da Marinha. Quilombolas pressionam o Ministério Público.

*Ana Emília Martins Gualberto**

Brasil se instala na ilha após o fechamento da escola e a ilha é entregue à administração do Ministério da Marinha. A partir deste momento, a vida dos moradores da Marambaia passa a sofrer forte impacto pela implementação de uma nova dinâmica social, repleta de restrições que os proibem de manter roças, construir casas para os filhos recém-casados, ou mesmo reformar ou ampliar as já existentes.

Os problemas jurídicos surgiram a partir de 1998, quando a Marinha iniciou ações judiciais de Reintegração de Posse, com a alegação de que os pescadores são invasores de suas terras. Sem apoio jurídico e na sua maior parte não-alfabetizados, aqueles que iam sendo condenados nesses processos eram progressivamente expulsos. Essa foi uma estratégia criada pelo Centro de Adestramento da Marinha (Cadim) para que o seu objetivo fosse alcançado sem os custos judiciais e políticos de ter que expulsar toda a comunidade de uma só vez.

Uma queda-de-braço sem fim

A Marinha, por meio dos mais criativos argumentos, tem deixado clara sua posição contra a presença da comunidade na Ilha da

Marambaia. Usando de todos os expedientes vem impondo ao governo federal sua posição e dessa forma retardando a demarcação das terras quilombolas, inclusive dificultando ao máximo o trabalho dos técnicos encarregados pelo próprio governo da execução de missões específicas junto à comunidade.

No mês de junho do corrente ano, um grupo expressivo de moradores da comunidade, cerca de trinta pessoas, esteve visitando vários órgãos ministeriais de Brasília fazendo denúncias das arbitrariedades praticadas pela Marinha e pressionando o governo no sentido de agilizar a demarcação das terras. Em reunião com a Casa Civil foram feitos acertos para se chegar a este termo.

Finalmente, no dia 14 de agosto, o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), através de sua superintendência no estado do Rio de Janeiro, publicou no Diário Oficial portaria com o Relatório Técnico da demarcação. No dia seguinte, outra portaria invalidava a anterior e o cancelamento foi atribuído à Casa Civil da presidência da República, que teria sido pressionada pela Marinha.

Para impedir a demarcação das terras quilombolas, a Marinha vem

alegando que a área é de segurança nacional, ou que é uma área sob risco de ataque nuclear, entre outros pretextos. Como se não bastasse, é sabido que a Marinha do Brasil usa de todos os artifícios para tornar mais difícil a vida dos quilombolas, forçando a desistência e o abandono da área. Arbitrariedades como a invasão de áreas pesqueiras dos quilombolas por embarcações da Marinha, a proibição da entrada de familiares e amigos das pessoas ali residentes, pisoteamento de hortas, entre outras ações, são freqüentes e sistematicamente praticadas contra a população da Marambaia.

As similaridades com Alcântara Tal como em Alcântara, no Maranhão, o caso da Marambaia no estado do Rio de Janeiro implica dois fatos coincidentes: o primeiro é o imbróglcio com as Forças Armadas. Lá, como cá, é o entrevero com as Forças Armadas o pior empecilho para a regulamentação das terras quilombolas. E também cá, como lá, o fato de as comunidades estarem em áreas nobres é, sem dúvida, o principal dos incômodos das Forças Armadas.

Alcântara localiza-se na área mais privilegiada do Hemisfério Sul para lançamento de foguetes, a Marambaia é um paraíso sobre a ter-

ra, onde os presidentes (Lula inclusive) costumam passar suas férias.

As exigências das comunidades são mínimas e a história recente demonstra que a convivência é possível. No caso da Marambaia, como já foi dito acima, já houve momentos de excelente convivência com a Marinha. Portanto, o caso tem muito mais a ver com vontade política do que com questões puramente jurí-

dicas. Para a comunidade as questões jurídicas são secundárias. Ali, cada família sabe onde começa seu pedaço de terra e onde se localiza a área da Marinha. Quem tem imensa dificuldade em compreender seu próprio espaço físico naquela região é a própria Marinha do Brasil.

Não há dúvida de que preconceitos de todos os tipos estão por trás da posição que a Marinha, como ins-

tituição acaba tomando naquela região. Sabe-se que, dependendo dos humores do comandante eventual, as relações com a comunidade são melhores ou piores, o que demonstra claramente que poucos são, de fato, os problemas institucionais. Se eles surgem e se avolumam é o caso de se perguntar do porquê e de se buscar respostas efetivas para a resolução permanente desse problema de con-

vivência entre uma comunidade e uma das Forças do país.

Somente a vontade política de governantes verdadeiramente comprometidos com as causas populares permitirá a construção de um grande acordo que seja benéfico tanto para um quanto para o outro lado. E é para isso que vimos trabalhando.

**Graduada em História (UERJ)*

O lugar da política e do combate ao racismo nas biotecnologias

A ideologia do racismo, as estratégias de controle e eugenia se apropriam de possibilidades tecnológicas atuais e se fortalecem na esfera pública

Jurema Werneck*



As transformações tecnológicas produzidas pela humanidade não podem ser vistas como neutras ou desvinculadas do mundo humano. Assim, é importante considerar que cada inovação ou transformação produzida em qualquer época ou lugar é desenvolvida num ambiente marcado por interesses, ideologias, desejos e desigualdades que são parte do processo histórico a que se vinculam indivíduos e povos.

Não deveria ser difícil aceitar, portanto, a afirmação de que as diferentes novidades tecnológicas desenvolvidas ao longo do século XX, e neste nosso século XXI, estão marcadas pelo sexismo, pelo racismo, pela superexploração econômica, pela violência, pelo desejo de poder e por ambições econômicas individuais e grupais. Uma vez que estas têm sido as marcas que, mais visíveis no mundo ocidental, impregnam as relações entre humanos e entre a humanidade e o restante da existência em todo o planeta.

Deste ponto de vista, não é necessário separar as inovações voltadas para a manutenção do *status quo* daquelas que significam sua resistência, sua contradição, sua revolta, dado que estão sob o mesmo espectro de influência das ideologias atuantes. Mas é claro que precisamos distinguir os meios onde se desenvolvem, dos seus objetivos (econômicos e políticos principalmente) e de suas razões éticas.

A multiplicidade impregna o mundo da biotecnologia. Mas é pre-

ciso assinalar a hegemonia dos objetivos econômicos neoliberais, associados às estratégias de controle e de eugenia.

Múltiplos também são os campos onde as tecnologias se desenvolvem. Mas do nosso ponto de vista, o fundamental a considerar são seus impactos sobre os grupos humanos, principalmente aqueles grupos social e politicamente mais vulneráveis. Entre estes destaco as mulheres de grupos racial e etnicamente inferiorizados. Ou seja, aqui no Brasil e América latina, não é difícil considerar que nós, mulheres e homens negros, poderemos vivenciar fortemente os impactos destas novas tecnologias.

As afirmativas acima costumam provocar fortes reações nos diferentes grupos envolvidos no debate destas tecnologias. Especialmente entre cientistas e empresas financiadoras. Encontramos também alguma reação entre movimentos sociais. Mas o que quero chamar atenção aqui é o fato de que, entre mulheres e homens que lutam contra o racismo e que vivenciam em seu cotidiano o peso de sua violência, tais afirmativas soam óbvias.

Têm sido mais fácil para nós, que temos o olhar treinado, o pensamento alerta e dirigido, o desvelamento dos interesses de dominação racista e sexista por trás das diferentes ações humanas, perceber a força com que racismo e a eugenia se apropriam das possibilidades tecnológicas atuais e retomam, fortalecidos, à esfera pública.

Assim, podemos avaliar que nossa ausência – ou presença extremamente tímida – nos debates sobre o tema se deve, principalmente, à pouca informação que circula entre nós, impedindo que formulemos análises atualizadas. Por outro lado, são bastante comuns ainda entre nós limitações educacionais que dificultam nossos passos no terreno da moderna biologia e demais tecnologias.

Iniciativas já estão em curso entre nós – e a abertura deste espaço de debates no *Irohìn* é mais uma delas – para que a desinformação não seja o freio que nos limita.

No entanto, é preciso também reconhecer que nossas limitações educacionais nunca impediram nossos avanços políticos: a derrubada do regime escravocrata, as estratégias de resistência ao racismo, o enraizamento da população negra na diáspora e, agora, a deflagração de políticas públicas municipais, estaduais e federais para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial são exemplos dos resultados que alcançamos. Apesar dos pesares.

Da mesma forma precisamos encarar o debate biotecnológico. É fundamental que recusemos a armadilha cientificista que permite apenas que “iniciados”, ou seja, especialistas de grau universitário, penetrem seus discursos e suas frentes de trabalho.

Hegemonia é um conceito político (gramsciano) propositalmente utilizado aqui para apontar, além das

forças dominantes, a vigência de outras perspectivas e interesses que também estão em campo. Ainda que não tenham, no momento, poder determinante no curso dos empreendimentos.

O conceito de hegemonia nos ajuda também a reconhecer que os interesses mais visíveis não são necessariamente os mais fortes. Como também a afirmar uma temporalidade nesta hegemonia. Ou seja, que os movimentos contrários, os outros interesses, têm lugar e legitimidade para aspirar posições mais estáveis e firmes na determinação do curso da história. Além de requisitar o desenvolvimento de estratégias capazes de alterar o quadro de desvantagens que se apresentam.

Assim não precisamos nos prender a visões puramente apocalípticas que, por um lado, dão uma visão explícita dos potenciais destrutivos das biotecnologias, por outro lado podem desqualificar a importância da esfera política, do engajamento, da resistência e da luta por transformações, equidade e justiça.

Precisamos furar bloqueios, vencer inseguranças e ocupar posições. Lutar contra o racismo é nosso compromisso com o presente. Mas principalmente com o futuro. E é ele que está sendo manipulado agora, nas bancadas dos laboratórios. Estamos esperando o quê?

Médica, doutoranda em Comunicação e Cultura na ECO/UFRJ, coordenadora de Criola.



A obra civilizatória

As elites brancas construíram no Brasil um mundo para si à custa de muitas perversões, em especial a de alijar da cidadania os negros e pobres

Sueli Carneiro*

Inúmeras análises tentam explicar o comportamento do eleitorado nas eleições presidenciais de 2006. Em muitas delas emergem ou são insuflados conflitos reais ou preconceitos de natureza regional, de raça e classe, sobretudo quando enfocam as intenções de voto do presidente Lula.

Um exemplo lapidar está na análise feita pelo jornal "O Estado de S. Paulo" dos resultados de pesquisa encomendada ao Ibope para aferir o nível de tolerância da população brasileira à corrupção, tendo sido divulgados os seguintes resultados, conforme o Estadão: "No Nordeste, 10% dos eleitores declaram que votariam em político acusado de corrupção (...) No Sul e no Sudeste, esses índices são de 6% e 7%, respectivamente". Mas o melhor vem agora: "Os que se autodeclararam brancos são mais implacáveis com a ética: 88% não votariam num corrupto; os que se autodeclararam pardos cobram menos e 85% não votariam em indiciados por corrupção; mas os que se autodeclararam pretos são os menos rígidos com a ética: só 82% negam o voto a corruptos".

Em comentário sobre essa pesquisa, o jornalista Franklin Martins, além de apontar que os dados utilizados não autorizam as conclusões deles extraídas, sublinha que "está claro que o jornal tinha uma tese" que cabia à pesquisa legitimar, qual seja: a de que negros em geral, e nordestinos em particular, são menos exigentes em relação à ética do que, respectivamente, brancos e sulistas.

Mas não é uma tese nova no que diz respeito ao Estadão, sobretudo em relação aos negros. Ela é consistente com outras que vêm sendo defendidas por esse jornal desde 1929, quando então Júlio Mesquita Filho já afirmava em editoriais que: "as portas das senzalas abertas em 88 haviam permitido que se transformassem em cidadãos como os demais dezenas e dezenas de milhares de homens vindos da África e que, infiltrando-se no organismo frágil da coletividade paulista, iriam não somente retardar, mas praticamente entravar o nosso desenvolvimento cultural."

Ou mais ainda, ao rejeitar a abertura da imigração para negros norte-americanos disse ele: "não é desejável a contribuição dos pretos americanos para o caldeamento de raças no Brasil. Um contingente preto nesse momento seria mais nocivo que útil à obra da civilização em que estamos empenhados." (08/06/1929). Resta a "O Estado de S. Paulo" explicar os resultados dessa obra na qual ele tanto se empenhou e que tinha a brancura como um dos seus principais pilares.

As elites brancas construíram um mundo para si no Brasil à custa de muitas perversões, em especial a de alijar da cidadania negros e pobres. No entanto, o embranquecimento das estruturas de poder da sociedade brasileira não resultou na criação daquilo que eles imaginavam pudesse ser a Europa nos trópicos. Pelo contrário, tem-se uma elite medíocre, prisioneira de conhecida sabujice em relação aos EUA

e à Europa, que reverenciam com humildade bovina. Pior, no reino encantado que organizaram para si, só há lugar para a auto-complacência com a própria incompetência e descompromisso com o país. O problema é sempre o povo.

A crise política e os escândalos que se sucedem revelam que parece não haver um ramo de atividade no país que não esteja atravessado, desde sempre, por práticas de corrupção, compadrio, protecionismo, lançando sérias dúvidas sobre a forma pela qual as fortunas são construídas no Brasil, quando elas não advêm dos talentos individuais consagrados como o de artistas, desportistas, escritores etc... A cada nova quadrilha presa das que saqueiam os cofres públicos fico esperando para ver uma cara preta. Nada. Esse é o primeiro saldo da obra civilizatória.

Há outros aspectos mas pouco é o espaço para arrolar todos. A Universidade de São Paulo, por exemplo, criada pelos Mesquitas para reproduzir as classes dominantes, tem absoluta maioria branca nos seus corpos docente e discente mas não figura entre as 100 universidades mais importantes do mundo, estando abaixo, inclusive, de países de menor importância econômica e geopolítica do que o Brasil; neles proliferam prêmios Nobel, invenções tecnológicas e estratégias inovadoras de desenvolvimento econômico e social de reconhecimento internacional. Aliás é o preto Milton Santos o único brasileiro a conquistar um prêmio internacional de grande envergadura o Prêmio

Internacional de Geografia Vautrin Lud, Paris, 1994 – mais conhecido como o Prêmio Nobel da Geografia.

A performance dos alunos da elite brasileira é também constrangedora: "apenas 21% dos alunos da elite brasileira conseguiram notas que os colocavam nos dois níveis mais avançados de aprendizado, o que indica que conseguem ler e interpretar textos e gráficos com níveis mais avançados de complexidade. O resultado é **muíto inferior** ao encontrado entre as elites dos outros sete países pesquisados: França (57%), Coréia do Sul (55%), Estados Unidos (53%), Portugal (48%), Espanha (46%), Rússia (33%) e México (27%)."

Clóvis Rossi, em artigo na "Folha de S. Paulo", afirmou que os únicos profissionais brasileiros respeitados internacionalmente são os nossos jogadores de futebol, aos quais se atribui inegável expertise. São eles, na maioria, negros. Não é à toa portanto que o ministro Furlan constata que "um país precisa ter marcas internacionais, que sejam reconhecidas e desejadas em qualquer parte do planeta. (...) Quando chego a um país, a primeira pergunta que faço é qual a imagem que eles têm do Brasil. A resposta é sempre a mesma: samba, café e Pelé."

Esse é o resultado final da obra civilizatória. Adorei!

**Doutora em Filosofia da Educação pela USP e diretora do Geledés- Instituto da Mulher Negra.*



Uma nova configuração da política racial

A institucionalização da questão racial é o nosso ganho, mas também pode ser a nossa derrota como atores políticos constituídos a partir do movimento social.

Luíza Bairros*

As questões que apresento neste texto são motivadas pelo meu interesse em entender o que mudou na política racial brasileira, nas três últimas décadas, em consequência da ação do Movimento Negro. Considero que o aspecto central desta mudança é a falência da democracia racial como um modelo hegemônico, capaz de explicar as relações sociais entre brancos e negros no Brasil.

Em retrospecto, identifico três momentos na nossa história recente que tornaram mais evidente o processo lento de morte desse mito: a criação do Movimento Negro Unificado/MNU (1978), que resultou de um processo que envolveu vários grupos negros, principalmente no sul do Brasil; o fracasso que impusemos às comemorações dos 100 anos da abolição e a inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição, em 1988; a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que realizamos em 1995; e a nossa participação no processo da III Conferência Mundial contra o Racismo, em 2001.

Afirmar a falência do mito da democracia racial, significa que hoje, no Brasil, não existe mais uma narrativa hegemônica que consiga, com a mesma força da formulação anterior, "naturalizar" tanto os privilégios de *ser branco*, como as desvantagens de *ser negro*. Também significa constatar que foi rompido o consenso que existia nas elites, de direita e de esquerda, sobre as formas de pensar a sociedade brasileira em termos raciais. Até por isso, entre elas, hoje, também não há propostas consensuais de tratamen-

to do racismo e das desigualdades raciais.

Por um lado, verifica-se que o Estado brasileiro, de algum modo, incorporou iniciativas visando a superação das desigualdades raciais – seja divulgando estatísticas desagregadas por cor; adotando políticas afirmativas; criando agências governamentais para lidar com a questão racial; ou debatendo o projeto de lei do Estatuto da Igualdade Racial. Por outro, setores deste mesmo Estado posicionam-se de forma abertamente conflitante sobre as iniciativas que, supostamente, deveriam apoiar. Do mesmo modo, no campo acadêmico e nos meios de comunicação a cisão se verifica, principalmente no que se refere às propostas de ações afirmativas nas universidades públicas.

Embora estas iniciativas ainda sejam limitadas, elas colidem com o postulado da igualdade de oportunidades, um dos principais consensos criados com base na crença na democracia racial. Por isso, são sistematicamente contestadas pelos que se beneficiam do racismo e que, agora, livres dos limites impostos pela etiqueta racialmente democrática, manifestam suas posições racistas, sem disfarces.

Cada modelo racial gera formas de luta que lhe compatíveis. E, se o modelo que tradicionalmente existia no Brasil se esgotou, então isto também tem impacto sobre o Movimento Negro. É evidente que, a partir de uma pauta geral de combate ao racismo, que vigorou até os anos 80, foram se especificando diversas configurações da identidade racial e modos diversos de organização política, que expressam o fato

de que os lugares que ocupamos configuram diferentes modos de experimentar o racismo e seus efeitos.

Assim, vivemos em meio a uma maior tendência à organização tanto por segmentos da população negra – mulheres, lésbicas, comunidades rurais quilombolas, juventude – como por áreas da vida social – arte, cultura e religiões de matriz africana, saúde, educação, comunicação, pesquisa, etc. Às chamadas "entidades negras", nascidas nos anos 70 e 80, geralmente devotadas a um amplo espectro de temas concernentes à população negra, hoje se soma um leque de organizações mais ou menos estruturadas, que incluem, além das ONGs, redes e fóruns.

A diversidade na "especificação de identidades negras" revela, por um lado, o amadurecimento da nossa compreensão do racismo como um fenômeno multifacetado pelas suas intersecções com diferentes dimensões da nossa vida em sociedade. Por outro, coloca a possibilidade de uma fragmentação, na hipótese de que cada segmento que se reivindica como Movimento Negro, ou que emergiu no seu rastro, passe a agir como se fosse, individualmente, capaz de responder aos desafios desta conjuntura.

Ainda que de modo diferente do que ocorre nas elites, não há dúvida de que também já não temos uma base mais sólida para criar consensos, para elaborar leituras próprias sobre como o racismo passou a operar, em consequência de nossa própria ação, e as estratégias para o seu enfrentamento. Tanto é assim, que nenhuma das duas po-

sições divergentes quanto às motivações da Marcha Zumbi +10, realizada em Brasília, em novembro de 2005, conseguiu gerar um processo que, potencializado pela visibilidade da questão racial no processo político, pudesse vir a apontar alternativas para o encaminhamento das nossas lutas,

Neste novo cenário, portanto, me parece que o grande desafio é assegurar que os termos da disputa por um outro modelo, ou uma outra narrativa sobre as relações sociais entre brancos e negros no Brasil, sejam definidos a nosso favor. O que temos feito até o momento, sem dúvida, rompeu a hegemonia branca na interpretação da experiência negra no Brasil. Contudo, isto ainda não tem sido suficiente para garantir a nossa hegemonia na definição do que é racismo, do vocabulário aceitável para discuti-lo e das estratégias necessárias para corrigir os privilégios e as desvantagens sociais associados ao pertencimento racial.

Sem pretender dar conta da reflexão que eu mesma propus, adianto o que me parece minimamente necessário para efetivar a nossa participação no novo quadro da política racial no Brasil. Construindo consensos sobre a sua nova configuração e, dentro dela, sobre o Movimento Negro, seria preciso fortalecer as *condições de produção de nossos discursos e nossas práticas* em vários âmbitos – acadêmico, artístico, nas organizações políticas de base, nos veículos de comunicação, entre outros.

Paralelamente, seria também necessário aprofundar a compreensão sobre o papel do Estado, no que

tange a seus limites e possibilidades de internalizar aspectos importantes de nossas demandas, que só podem se realizar pela via das ações públicas. Isso implica considerar novos atores, mulheres e homens, geralmente negros, que se inseriram em organismos de governo – federal, estadual e municipal – com a tarefa de fazer avançar uma agenda que hoje se abriga sob o nome genérico de “promoção da igualdade racial”. Do ponto de vista do Estado, tais atores, para todos os efeitos, “representam” os interesses da comunidade negra.

Entretanto, vale lembrar, a expressão “promoção da igualdade racial” não corresponde exatamente

te aos termos construídos pelo Movimento Negro. Este deslizamento de significado pode levar a que o “combate ao racismo”, centro da ação política até o momento, se torne mero pretexto para uma prática que privilegia a sobrevivência de organizações – governamentais ou não – assegurando a participação de alguns na esfera pública, em detrimento de cerca de 80 milhões de mulheres e homens negros cujos interesses deveriam representar.

Além disto, a nova configuração da política racial brasileira, ao transpor a questão racial para âmbitos que extrapolam o próprio Movimento Negro, também impõe a necessidade de (re)pensar outras

arenas de ação política, a exemplo do parlamento. Assim, de uma consideração geral de que somos a maioria da população, devemos passar a uma outra que nos obrigue a agir como a maioria do eleitorado, e conquistar a representação parlamentar correspondente!

A institucionalização da questão racial é o nosso ganho, mas também pode ser a nossa derrota como atores políticos constituídos a partir do movimento social. Os afro-norte-americanos, como lembra Michael Mitchell, “adquiriram maior inclusão no processo político [mas] têm, simultaneamente, perdido a capacidade de aí formular questões diretamente em termos

raciais,” em decorrência da “diminuição de seu grande capital político, particularmente do poder moral, derivado da identidade e da coesão de grupo construídas no período de insurgência pelos direitos civis.”

Nossas possibilidades futuras dependem das escolhas políticas que fizermos com base nas leituras desta conjuntura, a qual não permite saídas individuais. O racismo mudou como resultado da nossa ação, mas, no fundamental, ainda exige que nos reconheçamos como parte de uma comunidade de destino.

***Socióloga, ativista do Movimento Negro.**



Se você me nega, eu me assumo. O direito à saúde e a busca por justiça social

Fernanda Lopes¹

Começo este texto perguntando a você leitora, a você leitor, o que entende por saúde. Se me responder saúde é qualidade de vida e cidadania, é um direito de todos e todas, é ter acesso aos bens e aos serviços que atendam minhas necessidades básicas enquanto ser humano, é o resultado das minhas condições de vida, moradia, educação, alimentação e de trabalho, que é um elemento importante para que eu me desenvolva como ser humano, para que o meu país cresça e se desenvolva ou algo semelhante, vou te dizer é isso aí. Saúde é tudo isso, e um pouco mais.

Se voltarmos um pouco na história veremos que, no cenário internacional, a saúde é apresentada como direito desde a década de 60 (Pacto Internacional de

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), entretanto, no cenário nacional ela só se constitui em um direito de todos e todas quando da promulgação da Constituição Federal – em 1988.

Ao instituir a saúde como direito de todos e todas e dever do Estado, o Brasil se obriga a formular e executar políticas sociais e econômicas com vistas à redução do risco de doença e outros agravos, acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, com garantia de que as necessidades e demandas da população sejam contempladas da melhor forma possível. É neste cenário que a saúde passa a integrar o sistema nacional de seguridade social e que a política de saúde se constitui numa polí-

tica de direitos. É assim, e com estes objetivos, que se concebe o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para fazer valer os princípios constitucionais, o Estado brasileiro estabelece que a universalidade, integralidade, equidade, controle social e descentralização devem ser os alicerces do SUS, ou seja, se compromete a garantir “tudo, para todas e todos, de acordo com as diferentes necessidades, partindo de uma construção democrática e descentralizada”.

Desde a 8ª Conferência Nacional (1986), as diretrizes para o agir em saúde levam em consideração o fato de as condições de saúde das pessoas, e das populações como um todo, serem determinadas por fatores biológicos e sociais de ordem econômica,

ambiental, política ou cultural. Naquele momento histórico, os avanços nas discussões sobre saúde e direitos não contemplavam o fato de negros e negras acumularem desvantagens no acesso aos benefícios das ações do Estado, de suas instituições e organizações e, por conseqüência, apresentarem experiências desiguais em nascer, viver, adoecer e morrer.

A luta por dignidade e justiça social são premissas da luta por direitos, da luta pela vida empreendida por homens e mulheres membros de grupos historicamente discriminados, com atenção especial para os empreendimentos de negras e negros. Nesse sentido, cabe aqui um parêntese para que as mais jovens e os mais jovens tenham informações básicas sobre os caminhos

percorridos na construção do campo saúde da população negra.

Arrombando portas

No início da década de 90 o movimento de mulheres negras, que já tinha o direito à saúde como uma de suas prioridades de luta, impulsiona as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, considerando que o racismo e o sexismo imprimem marcas diferenciadas no exercício desses direitos. Em 1995, negros e negras apresentam uma série de demandas ao governo federal por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Em resposta a algumas destas demandas, em 1996 o Quesito Cor é incluído nas declarações de nascidos vivos e de óbito e passa a constar nos sistemas nacionais de informação sobre mortalidade (SIM) e nascidos vivos (SINASC). Também foi uma conquista importante a introdução do Quesito Cor nos dados de identificação dos sujeitos das pesquisas (resolução nº. 196/96, que versa sobre as Normas de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos).

A significativa participação da sociedade civil e do governo brasileiro na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (África do Sul, 2001) ampliou o debate público sobre a questão racial e intensificou as discussões sobre como o setor público poderia estabelecer compromissos mais efetivos e sustentáveis com o combate ao racismo e às desigualdades dele decorrentes.

Em resposta às demandas da sociedade civil, acontece em Brasília, em dezembro de 2001, o Workshop Inter-Agencial de Saúde da População Negra, do qual participaram estudiosas sobre desigualdades raciais em saúde, ativistas e especialistas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, Organização Pan-Americana de Saúde/OPAS e Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional/DFID.

Naquela ocasião foi elaborado o documento Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade, que se estrutura em quatro componentes interdependentes: produção de conhecimento científico; capacitação dos profissionais de saúde; informação da população; e atenção à saúde. Para além dos investimentos na área da saúde, e atentos às potencialidades daquele momento, DFID e PNUD desenvolveram um trabalho conjunto que resultou na formulação do Programa de Combate ao Racismo Institucional/PCRI, cujo principal objetivo é fortalecer a capacidade do setor público na identificação e prevenção do racismo institucional e a partici-



pação das organizações da sociedade civil no debate sobre políticas públicas racialmente equitativas.

Buscando garantir um ambiente mais favorável

No início de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, e em novembro do mesmo ano esta Secretaria firma um Termo de Compromisso com o Ministério da Saúde, onde se reconhece que, para a efetivação do princípio da equidade, o racismo deva ser considerado como um dos determinantes sociais das condições de saúde e que também devam ser considerados os processos de vulnerabilização aos quais estão expostos os diferentes segmentos populacionais, com destaque para a população negra.

Ainda em 2003, negras e negros participam da 12ª Conferência Nacional de Saúde (2003) e garantem a aprovação de mais de 70 deliberações que contemplam a perspectiva racial, de gênero e geração e que se apresentam permeadas pelos princípios da não discriminação em relação à orientação sexual, filiação religiosa, porte de alguma doença e/ou limitação. Para que se compreenda a importância deste fato, destacamos que as conferências são eventos públicos, de caráter periódico, cuja principal função é a definição das diretrizes gerais da política de saúde. Organizadas pelos conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde, as con-

ferências são os fóruns onde usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras de saúde, governo, prestadores e prestadoras de serviços e outros, discutem os grandes temas da saúde, tais como gestão, financiamento e recursos humanos. É neste espaço de participação e controle social que se deliberam os caminhos para a consolidação do SUS.

Em 2004, por meio de portaria ministerial, foi instituído o Comitê Técnico de Saúde da População Negra/CTSPN, composto por ativistas, pesquisadoras e pesquisadores e especialistas em saúde da população negra, representantes de todas as áreas técnicas do Ministério da Saúde e instituições a ele conectadas, bem como dos Conselhos Nacionais de Secretários Municipais e Secre-

tários Estaduais de Saúde. Ainda em 2004, realiza-se o Seminário Nacional de Saúde da População Negra e a Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica, onde se delibera pelo acolhimento das demandas relacionadas ao tratamento de pessoas com doença falciforme e pelo reconhecimento dos saberes, tradições e práticas da medicina tradicional e da fitoterapia empreendidas por sacerdotes e sacerdotisas das religiões afro-brasileiras.

Em 2005 realiza-se a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que destaca a importância estratégica dos avanços em saúde para a melhoria da qualidade de vida da população negra; a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia onde se estabelece a sub-agenda Saúde da População Negra entre as prioridades para investimentos e pesquisas. Ainda nesse ano, membros do CTSPN contribuem decisivamente para o reconhecimento do racismo e das desigualdades sociais que dele decorrem, como fatores catalisadores do processo de vulnerabilização da população negra frente às DST-HIV/aids; para a inserção da perspectiva racial no Plano Nacional de Saúde; para a realização do estudo sobre diferenciais raciais em saúde cujos resultados foram apresentados por meio da publicação Saúde da População Negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade e para a análise dos dados apresentados na publicação Uma Análise da Situação de Saúde no Brasil - Atlas Saúde Brasil 2005. Para fechar o ano, durante a revisão do Plano Plurianual para 2006-2007 é aprovada uma linha orçamentária específica para saúde da população negra, onde estão definidos valores para criação e/ou consolidação de redes, com especial destaque para a rede de religiões afro-brasileiras e saúde; ampliação da participação de negras e negros nos espaços formais de controle social; criação de comitês técnicos de saúde da população negra nos estados e em algu-



Orixás/Inquices/Nodus e perspectivas educacionais

Motumbá Iya Suru

Mojubá Baba Ribas de Exu (in memória)

Agô aos mais velhos, agô aos mais novos

Denise Botelho*

Buscando alternativas que possam ampliar o conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre aspectos da religiosidade de origem africana, especificamente sobre a religião denominada candomblé ketu e suas práticas simbólicas que educam os seus adeptos e adeptas a partir da triologia ancestralidade-comunidade-solidariedade, elementos fundamentais para uma prática e convívio harmoniosos.

Para este texto estaremos conceitualizando o candomblé como religião afro-brasileira de matriz africana, que desenvolve o *religare* por intermédio de rituais aos orixás/inquices/voduns. Os ritos do candomblé são compostos de cantos, danças e oferendas sagradas que possibilitam os seres humanos estabelecer conexões com o sagrado. Ressalta-se que essa religiosidade presente, hoje, no Brasil é uma ressignificação dos Cultos aos Orixás/Inquices/Voduns, praticado no continente africano por diversos grupos étnicos e, que em território nacional passou por algumas adaptações.

O candomblé, nas suas diferentes manifestações (ketu, angola, fon), é uma religião composta por Deus, Supremo Criador do Universo, e um panteon de divindades que o auxiliam no grande projeto de perpetuação da humanidade. Tais divindades são acionadas por rituais preparatórios e o momento de absoluta sacralidade se dá quando os orixás/inquices/voduns expressam suas histórias mitológicas embalados ao som de atabaques e outros instrumentos, bem como cantigas que retratam as características e feitos das divindades.

Para os praticantes do candomblé o significado de viver e de ser



Ilustração: Francisco Santos

humano está ligado às formas míticas e às expressões da unidade ser/mundo. Os mitos descrevem as irrupções do sagrado no ayé (terra) e por meio da narrativa sagrada elucida a criação das coisas e dos seres. São histórias de um acontecimento ocorrido no tempo primordial da criação, "... como uma realidade passou a

existir graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais. Seja uma realidade total ou o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição..." (Eliade, 1972:11).

Ao descrever as origens do universo e das criaturas, as relações entre as divindades, entre os seres

humanos e as divindades e, ainda, como se dá o equilíbrio dinâmico entre eles, o mito dota de sentido o mundo e fornece um sistema de valores e de princípios para os seus seguidores e seguidoras. Não se divide o saber, não se separam as disciplinas, não se fragmentam os valores filosóficos, a educação é integral. Uma educação que, respeitando a temporalidade, desenvolve o ser em todos os seus aspectos e potencialidades.

O rito de iniciação prefigura uma morte e um renascimento: a morte para o mundo da fragmentação e do desconhecimento da própria origem mítica, e o renascimento para o orixá - força dos ancestrais míticos.

Os rituais de iniciação ou de manutenção do axé contribuem para uma reorganização do indivíduo, manipulando símbolos em um contexto carregado de estímulos intelectuais e sensoriais, que redirecionam sua atenção para uma nova experiência. Ensinam ainda a necessidade de reordenação do comportamento segundo as exigências deste novo contexto, conduzindo as pessoas a reorganizarem seu mundo interno e externo de acordo com o cenário construído.

Identificamos que a iniciação ritual é uma herança da educação tradicional africana. Os rituais referem-se a um momento crítico da vida social, geralmente é o marco que registra a capacidade de integração do indivíduo à sociedade, de um estágio para outro e, por mais que as adaptações físicas sejam necessárias, a grande aprendizagem é a da educação moral.

Todos os participantes da comunidade são responsáveis pela educação dos mais novos. A educação tem caráter coletivo e social. É responsa-

bilidade do grupo e, em especial, dos idosos e das idosas que são considerados depositários da cultura. Como na África pré-colonial, a yalorixá (mãe) ou babalorixá (pai) não tem responsabilidade exclusiva em relação aos seus iaôs (filha ou filho de santo). A educação é uma impregnação permanente, o indivíduo é educado a todo momento por todos e todas do grupo, a vida cotidiana serve de pretexto para a educação. A vida e o aprendizado são indissociáveis.

Como nas antigas aldeias africanas, toda a aprendizagem se dá pela oralidade, a transmissão do conhecimento é passado pelos mais velhos aos mais novos, até hoje o candomblé é baseado na cultura oral "as palavras têm um poder de ação, ignorar aquilo que é pronunciado no decorrer de um rito é o mesmo que amputar um de seus elementos constitutivos mais importantes e provavelmente mais revelador" (Santos, 1976: 19), a literatura oral (histórias, adivinhações, jogos, mitos, cantigas) é o centro da ação educativa. Os comportamentos positivos são premiados, mas quando há necessidade as sanções são aplicadas em forma de tabus e interdições.

De forma geral, o candomblé possibilita aos seus participantes e, em especial, aos afro-descendentes, leituras do mundo, das relações humanas harmoniosas e de convivências igualitárias, onde todos podem viver com autoconfiança, dignidade e respeito. A educação religiosa do candomblé retrata a educação tradicional africana para a vida. Da infância à velhice todos os membros são tratados igualmente e todos têm direito a ser educado.

Creio que a formação para a inclusão e para a diversidade multirracial, no ensino brasileiro, deve auxiliar os educadores a compreenderem melhor sua própria experiência cultural e desenvolverem identidades raciais e culturais mais positivas. Professores e professoras, através de reflexões, estudos e pesquisas, devem estar preparados para entender o contexto político-étnico-racial em que estão inseridos seus alunos e alunas.

O candomblé, como territorialidade de expressão afro-brasileira, contribui para o fortalecimento dos negros e negras brasileiros e para o fortalecimento e manutenção de

valores ancestrais esquecidos, tais como o respeito aos mais velhos, a organização grupal diversificada e a solidariedade entre os diferentes.

Por intermédio da contextualização do universo do candomblé, indicamos a necessidade de desapegarmos-nos de valores civilizatórios racistas, tão cristalizados em nós, para entrarmos em contato com um olhar diferenciado sobre a humanidade e a sociedade. Como os iaôs que, quando são recolhidos para a sua iniciação, passam pelos ciclos de morte e renascimento, precisamos renascer

ger outros atores sociais para um conhecimento educacional diferenciado (Botelho, 2000).

Como nos cargos e funções determinados na organização do candomblé, todos e cada um de nós têm o seu papel social a desempenhar; sem, com isso, criar processos de submissão e subordinação pelo lugar social que ocupamos na sociedade.

Realizada a iniciação para uma nova possibilidade educacional, as casas de candomblé revelam um ambiente favorável para processos educativos polissêmicos (múltiplos

todos e todas são importantes para a perpetuação da tradição e são acolhidos nas suas particularidades e especificidades.

As peculiaridades dos seguidores e seguidoras dos Orixás, indicam um pensamento comum que tem como alicerces valores civilizatórios construídos numa lógica afro-brasileira, de comunidade, solidariedade e interdependência. É possível afirmar que os orixás, enquanto organizadores grupais, viabilizam a harmonização dos contrários, conduzindo a um processo de equilíbrio entre os diferentes que facilita e viabiliza uma educação voltada para a diversidade.

Pensar a diversidade étnico-racial na área educacional é possibilitar inclusões, respeitos, conteúdos e solidariedades às crianças e jovens que carregam o estigma da diferença, seja pela sua cor de pele, seja pela sua religiosidade, seja pela sua orientação sexual, seja pelo seu grupo étnico ou apenas por serem diferentes daquilo que é considerado o ideal ou padrão. É, principalmente, buscar caminhos de emancipação para os excluídos.

Percorrida a jornada ao som dos atabaques, ao sabor das comidas dos Orixás, pelas cores dos fios de contas, pelas coreografias míticas, pelo exercício pleno da religiosidade afro-brasileira, penso que a tarefa ainda não está finda. Não há finalizações absolutas. As idéias aqui socializadas serão lidas, analisadas, interpretadas de diferentes formas, por variados saberes e por diversos sentimentos, afinal isto é a diversidade.

Como o processo não termina, manifesto, apenas, que o fim é o começo... e o *continuum* da vida nunca se esgota.

Referências

BOTELHO, D. M. (2005). Educação e Orixás: Processos Educativos no Ilê Axé Iya Mi Agba. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

BOTELHO, D. M. (2000). *Aya nini* (Coragem). Educadores e Educadoras no enfrentamento de práticas racistas em espaços escolares. São Paulo e Havana São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

ELIADE, M. (1972). *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva.

SANTOS, J. E. dos (1976). *Os Nãgôs e a morte: Pãdê, Àsèsê e o culto Ègun na Bahia*; traduzido pela Universidade Federal da Bahia. Petrópolis: Vozes.



Foto: Daniel Cardoso

para novas idéias, valores e culturas.

A hegemonia teórica que privilegia apenas o conteúdo eurocêntrico nas escolas brasileiras tem aliado negros e brancos de um conhecimento sócio-histórico, presente na cultura brasileira, pertencente a outros grupos étnicos-raciais, dificultando uma consciência reflexiva e emancipatória da nossa população. É preciso criar novos espaços e ele-

de possibilidades). A diversidade de possibilidades de aprendizagens se dá pela oralidade, quando os mais velhos compartilham suas sabedorias com os mais novos; na prática, pelo manuseio da natureza, pela musicalidade, nas vozes altivas dos que entoam as cantigas dos Orixás, na expressão corporal, pela vivência dos mitos sagrados e, principalmente, pela noção de comunidade, onde

Um sonhador, um deserdado da terra

Mireille Fanon-Mendès France*

Quem se lembra hoje de Frantz Fanon? Na França, nenhuma biografia lhe foi consagrada. Algumas de suas obras já nem mesmo estão disponíveis. E, no entanto, o autor de "Os Deserdados da Terra" morreu há apenas quarenta anos. Psiquiatra, engajado na luta de independência do povo argelino, ele foi um dos artífices de uma epopéia de humanidade negada e aviltada durante séculos: a irrupção dos "deserdados da terra" – seres desprezados e humilhados – como sujeitos da história, como construtores do presente e do futuro, construtores da política ou simplesmente construtores. Médico psiquiatra, escritor, jornalista, combatente anticolonialista, militante, simplesmente humanista, um homem como os outros, Frantz Fanon marcou o século XX com seu pensamento e sua ação, a despeito de uma vida breve, afetada pela doença e, às vezes, até mesmo pela desilusão.

Suas reflexões sobre o racismo, sobre as dominações, sobre o universal, ainda têm muito a nos acrescentar, pois guardam semelhança viva com o mundo de hoje e, sobretudo, com o modelo social dominante dos "dominantes": o domínio "dos dominantes" na alienação, nos antípodas da democracia, comportando a negação mesma da liberdade – que na nossa consciência de mundo torna-se ilusão do real – em que o real não se apresenta senão sob a forma suprema de ilusão. Os dominados – estes deserdados abandonados à própria sorte, deserdados como ele – ainda continuam a existir, aqui e ali, em todo o mundo. É a nova forma de opressão do espírito, a nova forma de confusão do espírito: a confusão neoliberal que se diz em busca do universalismo.

Este deserdado foi, em toda a sua vida, um sonhador: sonhava com a fraternidade, a igualdade, o respeito entre os homens. Homem profundamente convicto de sua luta, era um homem de amor – pela

humanidade, por todos os homens. Rejeitava toda forma de opressão, de supremacia racial ou de civilização. Homem de amor, de um amor ativo e transformador, não de um amor complacente e submisso.

Fanon era também o homem dos mil combates, um homem cuja raiz encontrava seu fundamento na humanidade, no sentimento de ser homem, no sentimento de ser livre. Homem de lutas pelo direito dos povos, este deserdado encarnava o homem indignado, a indignação do homem perante a injustiça, a justa indignação do colonizado, do dominado, do ser posto à margem em uma sociedade que enaltece ou instrumentaliza o ódio. Homem que combatia a opressão, este homem era, em suma, o peregrino em busca de sua origem, um peregrino da democracia; basicamente, um peregrino.

É verdade, ele era um deserdado – e ainda o é, porque lá, onde houver um só homem sendo humilhado pelo opressor, haverá sempre um deserdado clamando pela liberdade, sonhando em ser livre. De fato, Fanon é um sonhador, e, cada vez que a dignidade e a liberdade do homem estão em questão, ele está envolvido – para ele, todos estão – e pouco importa se o oprimido é branco, amarelo, negro, mestiço ou índio.

É neste deserdado que minhas palavras buscam inspiração, neste rebelde, nesta figura, neste homem

que desejava que a descolonização fosse a criação de uma nova espécie de homens, um mundo em que "os últimos seriam os primeiros e os primeiros, os últimos". É a linguagem do deserdado que atravessa o meu espírito, seu vocabulário simples, que serviu de inspiração para toda uma geração marcada pela dialética hegeliana do Senhor e do Escravo. O Escravo que, no fundo de si mesmo, nada mais representa do que a alienação do Senhor ou,



Frantz Fanon

às vezes, a adesão ao mundo do Senhor, confirmando a projeção da consciência do escravo. Eterna dialética do Senhor e do Escravo, na qual o Escravo se torna, no longo caminho em direção a sua liberdade, um ser engajado, um revolucionário que pune o Senhor por seu excesso de arrogância e por sua persistente negação da humanidade do outro e dos outros. É esta luta, a luta dos deserdados, que conduzirá finalmente à síntese da negação do mundo do Senhor: a liberdade que o conduzirá à libertação.

O vocabulário simples, adotado pelos Panteras Negras nos Estados Unidos, fez de "Os Deserdados da Terra" um livro de referência para o grupo e também, conforme a expressão cunhada pela edição norte-americana, uma "Bíblia da Descolonização".

Este homem, admirado por Sartre e [Simone] de Beauvoir, é um

dos atores da descolonização, da liberdade e da autodeterminação dos povos, ou simplesmente do direito que cada povo tem de ser livre. Nesse sentido, ele não possui escolha diante da opressão: ele precisa fazer sua a linguagem da ruptura, ele precisa fazer sua a radicalidade da práxis.

De fato, Frantz Fanon é um deserdado, condenado pela história a converter-se em um rebelde, um espírito cuja síntese não deixa jamais de se tornar a sua própria negação. Ele mesmo não se definia como a encarnação do pária, do deserdado, do revoltado? Eis que o rebelde se explica, se lê, se diz, se revela, se reconhece, se descreve, se representa, se vê. O Rebelde diz: Meu nome: humilhado; meu sobrenome: ofendido; meu estado: revoltado; minha idade: a idade da pedra. O eterno Rebelde e a rebeldia eterna do homem.

O homem engajado

A atuação de Fanon se situa no contexto do pós-guerra, marcado pela disputa ideológica entre o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, conduzido pela União Soviética. Em meio à polarização capitalismo-socialismo, emerge, ao longo dos anos 1950-1960, um novo grupo de países: é o terceiro mundo, que reivindica, ele também, o seu lugar nas relações internacionais e a sua parte na divisão das riquezas do planeta.

Na Conferência de Bandung, em 1955, o terceiro mundo afirma pela primeira vez sua existência política, proclamando sua rejeição à bipolarização do mundo. Diversos líderes terceiro-mundistas surgem junto com os movimentos de libertação nacional, conduzindo lutas cada vez mais radicais na África, na Ásia e na América Latina.

Os anos 1960 foram marcados por repressões violentas e assassinatos de políticos que representavam a luta dos povos oprimidos:

repressão sangrenta na Indonésia em 1965 (500 mil mortos), assassinato de Patrice Lumumba no Congo, assassinato de Che Guevara na Bolívia, assassinatos de Malcom X e de Martin Luther King nos Estados Unidos, assassinato de Medhi Ben Barka no Marrocos, condenação de Nelson Mandela e seus companheiros à prisão perpétua no processo de Rivona, na África do Sul.

Fanon, militante da FLN, redator do jornal El-Moudjahid, representante do Governo Provisório da República Argelina em Acra, morreu sem conhecer a vitória da realização de seu sonho, para o qual tanto contribuiu. Foi ele, entre outros, que proclamou a libertação por meio da morte do sistema colonial e pela inauguração de um outro caminho.

Fanon, quer se trate da loucura, do racismo, da xenofobia ou do "universalismo" confiscado pelos poderosos, não deixa, no fundo, de tentar propor um "viver em conjunto" na forma de uma transformação em atos das situações em que dominados e dominantes só têm, cada um, a perder com a continuidade das ordens e desordens existentes. Fanon, este insubmisso, este rebelde que lutou tenazmente e incessantemente contra a dominação exercida pelos poderosos sobre os fracos, nos ajuda ainda hoje, articulando fundamentalmente de um lado o direito de rebelião frente a um sistema social, político e econômico que mergulha o mundo na desordem e, de outro, o direito à luta em face de um novo tipo de colonização.

É aí que reside a atualidade do pensamento de Fanon. A necessidade da criação, da libertação, a recusa de um determinismo histórico que cada vez mais se desenha diante do colonizado de ontem e do "globalizado" de hoje, forçado a se submeter às exigências do mercado, ao determinismo imposto pelas leis do mercado e pelos dominantes.

Esta alternativa se apresenta ontem entre o sistema de dominação colonialista e as lutas de libertação dos povos. Hoje, a mesma escolha se apresenta entre o universalismo, recuperado pelos poderosos no contexto do sistema capitalista – a assim chamada globalização – e a luta pela construção de uma sociedade internacional baseada na solidariedade, na coope-

ração e na amizade entre os povos. É a face política de Fanon conhecida por nós, e que hoje se revela de uma atualidade incontestável.

***Mireille Fanon-Mendès**
France, de formação literária, inicialmente professora de Letras e, posteriormente, de didática geral, atua hoje como assessora parlamentar na Assembléia Nacional (Paris). Atualmente é membro da AIJD (Associação Internacional de Juristas Democratas) e da CEDETIM (Associação Francesa de Solidariedade Internacional), além de autora de diversos artigos e relatórios.

Tradução de Catarina Brandão.



A flauta e o especial talento de José

Ana Cláudia Mielki*

Ele é carioca de nascimento e brasileiro de criação, mas hoje vive em Vitória, no Espírito Santo. Nas férias costuma ir visitar os pais em Brasília, mas garante que não consegue ficar muito tempo, pois sente falta dos pratos típicos da culinária capixaba. Com 39 anos, José Benedito é um músico experiente, membro da Orquestra Filarmônica e professor da Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames).

José Benedito é formado em música pela UnB e tem em seus pais duas grandes referências, afinal foram eles que, desde cedo, abriram as portas para que começasse a estudar música. A mãe, Orides Vieira Gomes, é baiana de Salvador, e o pai, Carlitos Gomes Orides, coincidentemente é capixaba, mas mudou-se para o Rio de Janeiro aos 17 anos. Os dois são funcionários públicos federais e moram em Brasília.

Admirador **omérito** do músico carioca e mestre do choro Pixinguinha, José Benedito entrelaça na vida de músico profissional as



Fotos: Jussara Martins

vertentes da música popular e erudita. Músico de Orquestra, Benedito aprecia muito a música instrumental, mas seus gêneros preferidos são o choro e a música urbana carioca. A presença do choro, do samba e da bossa nova é culturalmente muito forte na vida de sua família.

Além de músico e pesquisador – concluiu o mestrado na área e agora caminha para o doutorado – José Benedito é uma daquelas pessoas que acredita nas mudanças através da educação. Para ele, as mudanças apenas serão possíveis se houver possibilidades reais de formação do jovem, enten-

do formação como algo além da educação regular precariamente oferecida pelo Estado. É preciso investir em educação, em formação artística, cultural e humana. Além do trabalho, José Benedito se dedica a projetos sociais desenvolvidos por duas Ong's que ajudou a fundar: a Associação de Amigos da Orquestra Filarmônica e a Phylarmonia.

Írohín - Como começou a sua história com a música?

Começou em Brasília, pois foi lá que eu fui criado. Em Brasília, estudei música e comecei a carreira profissional que tenho hoje.

Írohín - Você começou a estudar música com 4 anos de idade, como que isso aconteceu? Foi influência de seus pais?

Sim. Primeiro eu gostaria de dizer que sou fã dos meus pais. Creio que meus pais tiveram um papel fundamental nessa história,

pois eles colocaram os filhos para estudar arte bem cedo.

Como eles trabalhavam o dia inteiro, eu e meus irmãos tínhamos que estudar em um período e no outro fazíamos aulas de iniciação em algum tipo de arte. Em Brasília havia certa facilidade, pois havia muitas atividades ligadas à arte sendo oferecidas. Então eu comecei aos quatro anos, fazendo musicalização infantil, flauta doce, bandinha, etc. Isso foi fundamental porque eu comecei cedo a ter contato direto com a música.

iroh'n - Seus irmãos também receberam essa educação artística?

Meu irmão é violonista e toca em Brasília. Ele não seguiu na área como um profissional de dedicação exclusiva à música. Ele até toca profissionalmente na noite, acompanhando cantores. Mas não faz exclusivamente música. Já a minha irmã, não. Ela aprecia bastante música, mas é professora de história.

iroh'n - Você se lembra como foi a sua primeira apresentação em público?

A primeira vez foi quando eu era garoto, eu tinha uns 12 ou 13 anos. Foi com meu irmão em um almoço beneficente. Nossos pais queriam que tocássemos. Então nós acabamos tocando umas três músicas. Para mim aquilo foi sério e muito bom também, porque o retorno das pessoas acabou me incentivando a estudar cada vez mais música. Lembro-me de que uma das músicas que tocamos foi "Cariñoso", de Pixinguinha.

iroh'n - E quando você percebeu que a música seria sua profissão?

Cheguei a estagiar quando tinha uns 14 anos, meu professor do curso de pintura a óleo achou que eu tinha talento para desenho. Ele me chamou para estagiar no departamento de arte de uma agência de publicidade. Fiquei uns quatro anos trabalhando lá, acho que dos 14 aos 17 anos. Na época ainda estava em dúvida, porque pretendia seguir na área de comunicação. Mas eu sempre estudei música e, por volta dos 17 anos, decidi que era música mesmo o que eu queria fazer.



Foto: Jussara Martins

iroh'n - Então você fez vestibular para o curso de música?

Então eu resolvi fazer música na UnB com a professora Odette Ernest Dias. Ela agora está no Rio de Janeiro, mas foi uma pessoa que, em Brasília, fez uma escola de flauta que estimulou muitos talentos em todo o país.

iroh'n - E como seus pais receberam a notícia de que você iria estudar música, que a música seria sua profissão?

O papai sempre gostou de música. Aos 17 anos, ele foi para o Rio de Janeiro e acabou estudando música. A mamãe também tem uma história próxima da música, porque o padrinho dela em Salvador era flautista. Ele tocava flautim

e flauta. Então isso contribuiu favoravelmente, porque quando eu disse que faria vestibular para música, e não para comunicação, eles fizeram a maior festa. Bom, digo isso porque tive muitos colegas que não tiveram esse apoio da família. As pessoas pensam assim: "Músico? Mas como é que músico vive? Vai viver de quê?" E papai e mamãe não. Como eles já conheciam a área, sabiam que havia muitas possibilidades. Então eles me apoiaram. Foi um apoio fundamental, porque o curso de música acaba se tornando muito caro. Não só caro materialmente, porque tem que ter instrumentos bons, partituras, livros, etc., mas também é caro emocionalmente, já que para seguir a carreira, às vezes é preciso abrir mão do convívio com a família e com os amigos.

iroh'n - Você, por exemplo, deixou sua família em Brasília?

Sim. Havia uma vaga para Orquestra aqui em Vitória. Assinei contrato. No início eu ficava vindo e voltando para Brasília, ainda estava concluindo a graduação em música na UnB. Até que me estabeleci aqui. Depois fiquei um tempo no Rio de Janeiro para fazer o mestrado na UFRJ. Em 1996, voltei para Vitória e desde então estou trabalhando aqui.

iroh'n - Você também se tornou professor da Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), como foi isso?

Cerca de um ano depois de começar na Orquestra. Como eu estava na cidade, fazendo apresentações, um professor de flauta me convidou para fazer alguns trabalhos com os alunos que já estavam tocando na época. Depois de um tempo fiz um contrato e, após dois anos, entrei, através de concurso, na Faculdade de Música onde estou lecionando.

iroh'n - Além de músico, você também é um pesquisador. Como surgiu o interesse em fazer um mestrado sobre o Pixinguinha?

Bom, o mestrado não é só sobre o Pixinguinha. Inicialmente eu tinha interesse em pesquisar a flauta, e o Pixinguinha foi flautista. Ele começa a vida musical como flautista, depois é que passou para o saxofone. Então eu sabia que havia um caminho muito bom a ser seguido de pesquisa. O Pixinguinha é uma figura central, por toda a contribuição que ele trouxe para música brasileira. Pixinguinha foi o músico que codificou o choro. Depois de Pixinguinha, o choro deixou de ser um estilo para ser um gênero musical. Ele conseguiu concentrar isso tudo na obra dele.

iroh'n - O fato de você ser negro, carioca e flautista já lhe rendeu alguma comparação com o Pixinguinha?

Para ser franco, sim. O Altamiro Carrilho, um dos maiores flautistas da música instrumental brasileira, uma vez fez essa comparação. Du-

rante a minha pesquisa pude realizar um grande sonho que foi conhecer melhor o Altamiro. De ídolo, ele passou a ser meu amigo. Durante um show que a gente fez juntos, ele brincou assim: "nossa, você lembra muito o Pixinguinha quando era novo". Ele disse isso porque conheceu bem Pixinguinha e achou alguma semelhança. Temos semelhanças quanto aos traços étnicos e no gosto pelo choro. Mas, sem dúvida alguma, Pixinguinha é um gênio, incomparável.

Írohín - Já que estamos falando de comparação, o Pixinguinha era um boêmio, e você também tem essa característica ou é uma pessoa mais caseira?

Sou mais caseiro, mas por conta da profissão acabo tendo que sair sempre. O que eu acho bom, porque eu gosto de festa. Não bebo. Eu descobri que não tenho resistência ao álcool. Um chope já me deixa indisposto no outro dia, com dor de cabeça.

Írohín - Além da Orquestra, você costuma se apresentar em bares ou reunir os amigos em rodas de choro?

Já realizei alguns trabalhos, inclusive junto com o Altamiro Carrilho e com o grupo de choro H2O, aqui de Vitória. Também ajudei a fundar o grupo Carne de Gato, que é outro grupo de choro. Fui o primeiro flautista do grupo. Mas foi ficando cada vez mais apertada a agenda, porque tínhamos que ensaiar. Além disso, eu já estava na Orquestra onde tenho que ensaiar todos os dias. E ainda dando aula à tarde na faculdade, então não dava. Foi quando saí do Carne de Gato. Hoje eu costumo freqüentar e fazer rodas de choro na casa de amigos. Porque quando você faz em um lugar público, acaba virando um compromisso. Na casa de amigos não existe esse problema (risos).

Írohín - Voltando a sua pesquisa, você trabalhou ao mesmo tempo componentes da música popular e da música erudita?

Durante a minha graduação na UnB, tive a influência direta de Odette Ernest Dias. Ela costumava



dizer aos alunos que "música não importa se é erudita ou música popular, é música". Então sempre trabalhei essas duas vertentes da música. Pensei que seria interessante conciliar uma coisa com a outra, então fiz uma pesquisa em duas obras: Bachianas Brasileiras Nº 6, de Villa-Lobos, e a Sonatina em Ré Maior para Flauta e Piano, de Radamés Gnatalli. São obras de caráter erudito e acadêmico, em que os dois compositores trabalharam elementos musicais do choro. Porque, antes de qualquer coisa, eles eram amigos. Eu fico imaginando o Rio de Janeiro na década de 50, todo mundo conversando: Pixinguinha, Radamés, Villa-Lobos. Eles saíam, tocavam juntos, participavam de rodas de choro. Radamés e Villa-Lobos usaram esses elementos do choro, da música

erudita popular, na obra deles. Minha pesquisa foi justamente para entender como é que a música do Pixinguinha contribuiu dessa forma para a música erudita e porque para o flautista é importante conhecer essas duas vertentes da música.

Írohín - Esse trânsito entre o popular (Choro) e erudito (Orquestra)? Você acha que isso enriquece a sua formação musical?

Claro, até porque a música erudita sempre teve na música popular a sua fonte de elementos para composição. As suítes das obras de Bach, por exemplo, é um conjunto de danças populares da época. Na sinfonia do Haydn tem o Minueto, que também era dança da época. Haydn pega o original e escreve para um grupo orquestral. Assim como o

Villa-Lobos e o Radamés foram beber na fonte da música popular, até porque é com isso que o público se identifica. As obras italianas de G. Verdi eram como as novelas são para nós hoje. Eram distrações para o público, histórias do cotidiano. O problema é que quando as obras vão ficando distantes do público, ou seja, quando essas obras são trazidas de uma outra cultura, torna-se necessário estudar as obras para compreendê-las. O Minueto, por exemplo, não é uma dança nossa, portanto é difícil identificar. É diferente quando você ouve uma obra erudita brasileira que tem algum trecho, por exemplo, de congo. Pode ser tocada por uma orquestra, mas as pessoas identificam porque faz parte da nossa cultura.

Írohín - E sempre foi a flauta o seu instrumento ou você chegou a tocar outro instrumento?

Como instrumento principal sempre foi a flauta. Cheguei a trabalhar violão e piano, porque na universidade você precisa fazer alguns instrumentos. Até porque para você tocar bem, você precisa de tempo, precisa de dedicação a um instrumento. Isso sem falar que um curso superior te toma bastante tempo.

Írohín - Além dessas referências que você cita, quem foi sua referência direta? A pessoa que orientou a sua formação?

A professora Odette Ernest Dias. Ela é francesa e veio para o Brasil, em 1951, para a Orquestra Sinfônica Brasileira. Ela pôde conhecer Pixinguinha. Ela conviveu com Villa-Lobos, com Tom Jobim e então isso tudo começou a enriquecer a minha carreira como flautista. Ela conta que lembra do Tom Jobim quando ele ainda era garoto e estudava piano em uma escola no Rio de Janeiro. Um dia ele chegou para ela e disse: "Professora Odette, fiz umas músicas, estou querendo gravar um disco, a senhora não poderia gravar comigo?" (risos) Ela gravou no primeiro disco do Tom Jobim. Então foi ela quem orientou no início a minha carreira profissional. Foi a partir do contato com ela, durante minha graduação na UnB, que pude ter uma visão melhor sobre música.



E foi nessa época que comecei a me interessar bastante pelo choro.

Írohín - Quais serão seus próximos passos?

Faço doutorado como aluno especial na Uni-Rio. Doutorado em música. Estou pensando sobre o projeto de pesquisa para os próximos anos. Pretendo me aprofundar ainda mais nos temas da minha pesquisa de mestrado. Mas pretendo incluir algumas outras abordagens instrumentais ligadas à Orquestra e um trabalho também com a música instrumental popular.

Írohín - Você acha que o fato de ser negro fez alguma diferença na sua vida como músico?

Acredito que existam pontos positivos e negativos em relação ao fato de eu ser negro. O ponto positivo é porque as pessoas realmente associam essa coisa da negritude com uma presença musical mais forte. Então ser negro e músico é bom. Agora, infelizmente, algumas situações de preconceito acontecem, e isso independe da área. Preconceitos, e não só aqueles referentes aos negros, são sempre desprezíveis. O ser humano, quando quer ser complicado, ele consegue.

Írohín - Você já chegou a sofrer algum tipo de preconceito?

Na área profissional musical não, nunca aconteceu.

Írohín - No Brasil, por conta do racismo e dos estereótipos que ele cria, é comum associarem os negros a atividades ditas "menores". O negro brasileiro já conquistou seu espaço na música popular, agora quando falamos de música erudita ainda existe uma barreira. Como você encara a participação do negro na música erudita?

Música, desde a época das cortes na Europa, é vista como um trabalho menor. Inclusive, tem um compositor da corte do Rei Luís XIV (se não me engano), que era também cozinheiro. Era comum, na corte, o músico trabalhar de alguma outra forma enquanto não estava tocando. Na corte o músico era um serviçal. As coisas só mudavam

quando o músico, por meio de seu talento, entrava em evidência, como aconteceu com alguns músicos famosos. Isso acontecia porque a música, por ser um trabalho manual, realizado pelos "artesãos", era considerada um ofício "menor". Diferente do trabalho dos intelectuais. E esse preconceito em relação aos músicos chegou ao Brasil e perdurou muito tempo. Hoje a música é vista como um trabalho intelectual. Você tocar concertos, reger uma sinfonia de cordas é um trabalho intelectual. A visão de mundo mudou.

Írohín - Então vamos polemizar um pouco. Em um país como o Brasil, por exemplo, é fácil aceitar que os ne-



Foto: Jussara Martins

gros se dêem bem na música popular, fazendo samba, pagode, mas quando o negro sai do mundo popular e entra no mundo da música erudita, há alguma dificuldade?

Eu diria que o fato de terem poucos negros na música erudita não é por uma questão racista não. Na verdade foram as circunstâncias da formação. Para aprender música, assim como outras áreas, é preciso ter ferramentas. Por outro lado, é a música, ou melhor, a arte em geral e esporte que colocam as pessoas, independente da etnia, em patamar de igualdade. Isso porque nesses dois casos o talento é fundamental. Por isso mesmo, quando as pessoas trazem algum tipo de preconceito ou racismo, e se deparam no palco com alguém que é fantástico, elas se surpreendem.

Írohín - Avaliando sua vida e sua carreira, como a música contribuiu para sua formação geral?

Acredito que os meus pais souberam dar importância a nossa formação, não só em relação à questão musical, mas no sentido de adquirir diversos conhecimentos durante a vida. Nós não tivemos só o ensino da escola regular, estudamos um pouco de música, teatro, dança, de arte, de cultura em geral. Portanto, a formação humana ficou mais rica. O compositor austríaco Arnold Schoenberg, em seu livro "Harmonia", fez uma citação uma vez dizendo mais ou menos: "a pessoa é mais rica interiormente, de acordo com o que ela vê diante de

uma obra de arte". Ou seja, quanto mais ela consegue observar uma obra de arte, e achar significados para o que vê, mais rica ela é interiormente. Se alguém olha uma obra de arte e não acha nada, é porque não tem nada para achar. Mas se você começa a ver muita coisa diante de uma obra de arte, ou ouvindo uma música, é porque você tem muito. E isso vem da onde? Vem da formação, da educação.

Írohín - Já que estamos falando em formação, você se preocupa em transmitir seu conhecimento musical a pessoas que, por algum motivo, não tiveram as mesmas oportunidades que você?

Bom, nem sempre as coisas foram fáceis. Por isso começamos a desenvolver alguns trabalhos soci-

ais. Acredito que é importante todo profissional tentar contribuir de alguma forma. Aí vamos entrar em outro debate que é sobre acesso à educação, acesso à informação. São coisas que precisam ser repensadas. Eu tive essa chance, mas em geral as crianças não têm a mesma oportunidade. E sabemos que quanto mais se investe em educação, melhor. Por isso nós (os músicos da orquestra) conseguimos fundar duas instituições que têm contribuído para o desenvolvimento de projetos educacionais e culturais. Uma é a Associação de Amigos da Orquestra Filarmônica. Ela foi fundada em 1997 e atualmente desenvolve o Projeto Vale Música. Cerca de 200 alunos, crianças e adolescentes da periferia têm aulas todas as semanas com os músicos da Orquestra na sede da FAMES. E também foi por meio dessa Ong que a gente conseguiu formatar uma outra vertente desse projeto, os Concertos Didáticos, em que os alunos das escolas públicas vão até o Teatro para assistir a Orquestra Filarmônica. Já conseguimos levar mais de 80 mil crianças e adolescentes a um concerto no Teatro nos últimos anos. A outra Ong, a *Phylarmonia*, desenvolve o projeto Arte Sem Limites, que atende a cerca de 30 alunos com necessidades especiais e outros projetos de arte em geral.

Írohín - Como esses projetos dedicados a jovens da periferia poderiam alterar o futuro da música, sobretudo a erudita?

Quando ajudamos a fundar uma Ong, estamos pensando em algo mais para a sociedade com o nosso trabalho, com a nossa profissão. Não é só tocar por tocar. Existe uma contribuição que pode ser dada e que precisa ser dada. Como nós não tivemos tudo fácil, hoje temos que criar possibilidades para as outras pessoas. São projetos que criam chances para a população negra. Talvez isso possibilite, no futuro, um número maior de negros do lado de dentro do Teatro, fazendo música erudita. Acredito que projetos como esses são fundamentais para a democratização da arte e da cultura.

* **Jornalista e militante dos direitos humanos/ES.**



Lélia Gonzalez – uma amefricana

Elizabeth Viana*

O período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 foi marco das lutas políticas de contestação no mundo ocidental, onde setores expressivos de varias sociedades ansiavam por mudança e transformação. É nesse cenário e seus desdobramentos que podemos inserir Lélia Gonzalez e seu pensamento (e sua trajetória de vida). Passados 12 anos de sua morte, ela permanece como referência. Mas quem foi essa mulher negra?

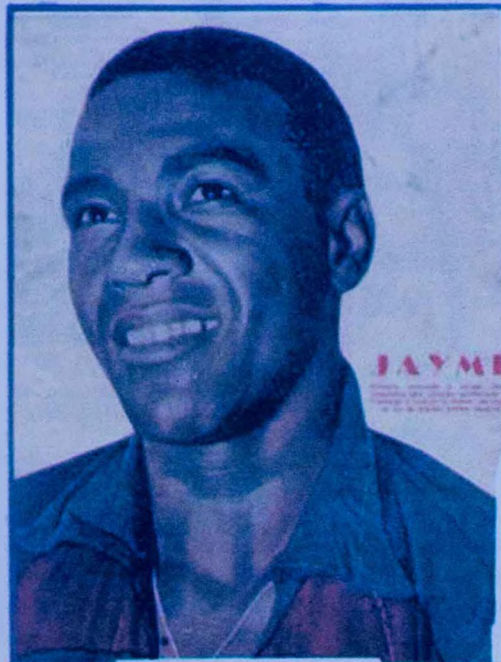
Lélia de Almeida Gonzalez, penúltima décima sétima filha de Acácio Joaquim e Urcinda Seraphina de Almeida, nasceu em 1º de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte/MG. Foi professora, tradutora, conferencista, consultora, assessora, conselheira, suplente de deputada e ativista. Estudou nas escolas Manoel Cícero, Rivadávia Correia e no Colégio Pedro II (1954), graduou-se em História e Geografia (1957/1958) e Filosofia (1961/1962) na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade Estadual da Guanabara/UEG, atual UERJ. Nesse último curso, conhece e se casa com o seu colega de turma, Luiz Carlos Gonzalez.

Com a morte do pai, seu irmão Jaime de Almeida, que jogava no Flamengo, transfere a família para o Rio, em 1942, época em que o clube conquista o seu primeiro campeonato e sucessivamente os de 1943 e 1944, tornando Jaime uma de suas lendas. Segundo o cronista Mario Filho, o clube ambicionava ser o “mais querido” do Brasil, apesar de ter sido uns dos fundadores da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos, AMEA, (1924), para barrar a ascensão do Vasco –que incluía negros e mulattos - e manter ariano, como destaca Edson Carneiro, o futebol brasileiro.

Foi uma provação para negros como Jaime. O contexto era o da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. O cronista o descreve como um negro bonito, saudável, digno e de boa alma, que em tudo “recendia a limpeza, a bondade, a lealdade”, somente comparável a “um mordomo do velho Sul dos Estados Unidos”, enfim, para ele, um verdadeiro “Gandhi”. Jaime foi para Lélia seu pai simbólico e modelo.

Lélia foi a única a ultrapassar o ensino primário e, essa conquista, como fazia questão de destacar, ela alcançou graças aos seus irmãos

que aceitaram sua reação contrária em ser babá de “filhinho de madame”. Estudou numa escola de excelência, mas, segundo ela, foi onde efetivamente começou a incorporar a “ideologia do branqueamento”, que a tornou uma pessoa insegura, tímida e reprimida, porque “apreende aquelas baboseiras sobre os índios e os negros” até a universidade e esta última não trata nos “devidos termos” essa questão. Assim, Lélia adquiriu “gostos refinados” para a “música clássica dos europeus”, rejeitava música popular e o



Jaime de Almeida, irmão de Lélia

samba. Considerava as religiões de matrizes africanas “primitivas” e ostentava o símbolo do branqueamento: uma peruca. Ela, olhando o passado com os olhos do presente, compreende que queria ser uma “lady”.

Enquadrada “perfeitamente” dentro do sistema universalista sua ascensão foi fulgurante. Entre 1962 e 1968 lecionou em colégios públicos e particulares: Colégio Piedade, Colégios Andrews, Colégio Santo Inácio, Colégio de Aplicação da UEG, Instituto de Educação e C.E.P (Centro de Estudo de Pessoal) do Exército Brasileiro. No ensino superior, em 1963, nas Faculdades de

Filosofia de Campo Grande (FEUC) e Filosofia, Ciências e Letras (UEG), Faculdades Integradas Estácio de Sá, na qual exerceu as funções de Coordenadora do Departamento de Estudos e Pesquisas do Centro Cultural, (1973-1974), Vice-Diretora da Faculdade de Comunicação (1973-1974), e Diretora de Departamento de Comunicação (1974 – 1975) na Universidade Gama Filho/UGF e na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Com a radicalização do quadro político foi demitida, juntamente com uma parte dos professores, das universidades Estácio de Sá e Gama Filho, onde era efetiva. É convidada para lecionar na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Nos meios universitários, com pouco mais de 30 anos, já tinha uma certa expressão e era uma exceção: negra, jovem, no meio de medalhões e “brilhava”. Sua casa era ponto de encontro de estudantes, professores, artistas e amigos.

Mas, em sua vida particular, sofrera perdas e experiências traumáticas: a morte da mãe, a rejeição da família espanhola do marido, o suicídio do marido e a prisão de uma de suas irmãs. Passou, em 1972, a ser alvo da vigilância do DOPS, pois estaria, a partir da UGF, recrutando adeptos “para a doutrina marxista”. As perdas foram amenizadas pela criação de seu sobrinho, Rubens Rufino, como filho, o apoio da família e a solidariedade dada em vida pelo marido que, a despeito de sua fragilidade emocional, a estimulou romper com a “lavagem cerebral” que sofrera com a ascensão social. Gonzalez é sua homenagem ao marido. Outro ponto de apoio foi a psicanálise lacaniana e o candomblé. Dessa forma se reencontra com a comunidade negra da qual se distanciara, ou seja, como afirma, Célia Tomé, fez “as pazes com seus ancestrais”, no caso de Lélia, negros e indígenas. Daí em diante, Lélia investe seus estudos e suas energias no combate ao racismo (e ao sexismo) e credita a essa militância seu amadurecimento intelectual e político.

Uma neguinha atrevida.

O ano de 1976 foi o divisor de águas na vida de Lélia. Por sua iniciativa é realizada uma série de cursos e atividades na Escola de Artes Visuais, no Parque Lage, sobre Cultura Negra. “Coincidentemente” ou por “opção” levará mais de uma de-

zena de anos a exercer algum cargo nas estruturas universitárias. O cenário: ditadura militar, as lutas de libertação africana e retomada do Movimento Negro. Desse último se aproxima "devagarzinho", participando das atividades do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras/IPCN (1976) e do Grêmio Recreativo de Arte e Escola de Samba Quilombo (1975). Em 1977, integra a equipe de entrevistadores do *Programa 1977* da TV Educativa. Em 1978, é uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado, MNU, integrando sua primeira Comissão Executiva Nacional (1978-1982), o que lhe permite atuar nacional e internacionalmente, denunciando o mito da democracia racial brasileira quer seja nos meios acadêmicos, quer seja em pequenas reuniões. É o ano também em que o DOPS passa sistematicamente a acompanhar suas atividades (e do MNU e do MN), registrando sua movimentação: palestras, congressos, encontros etc., inclusive aqueles realizados em sua casa até a candidatura a deputada federal pelo PT (ficou como primeira suplente, em 1982), de que foi membro do Diretório Nacional (1981-1984). Em 1983, devido a essa candidatura, desliga-se do MNU.

Para Lélia, foi o período em que o MN alcançou as comunidades negras com as dobradinhas que fez com Benedita da Silva e Jurema Batista, então líderes das favelas cariocas. Em 1983 é também fundado o Nzinga- Coletivo de Mulheres Negras (RJ), e Lélia foi sua primeira coordenadora. Em 1985, desfilia-se do PT por divergências com o PT/RJ, pela omissão do partido com a questão racial. Filia-se ao PDT por achar que esse respondia com mais consequência às demandas do MN. Mas era época da Nova República (1985) que, para alguns, seria a possibilidade de uma "nova" conjuntura democrática. Além de apoiá-la, o PDT tinha como ponto programático a questão racial e um dos seus líderes era Abdias do Nascimento, referência histórica no combate ao racismo, por cuja interseção Lélia conheceu a África (1979), através do Prof. Carlos Moore. Apesar de Lélia ter sido suplente de deputada estadual pelo PDT (1986) e diretora do Planetário da Gávea (1987 - 1989), também por divergências políticas afasta-se da agremiação. Ao mesmo tempo, Lélia refletia sobre raça, gênero e história. Citamos por exemplo: *Lugar de Negro* (1982), em parceria com Carlos Hasenbalg, *A mulher Negra na Sociedade Brasileira* (1982) e *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1983), *A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade* (1988).

Na condição de intelectual, Lélia expôs-se e expôs seus questionamentos contra os saberes constituídos (acadêmicos e políticos) tanto com as suas formas tradicionais de pensar e quanto de fazer política. É como uma mulher negra que (re)toma a palavra (em nosso país é o outro que fala por nós) para realizar uma crítica à história oficial, destacando "novos" personagens: o "povo brasileiro" e o "povo negro", esse último prota-

gonista de suas reflexões.

Nessa sociedade hierarquizada (por classe, por raça e por sexo) os lugares dos sujeitos são determinados a partir de sua filiação racial. Uma realidade que a "boçalidade europeizante" tenta calar inutilmente. E mais, comparando as sociedades em que as culturas africanas (intensas e dinâmicas) se fazem presentes, Lélia argumenta que devemos levar em consideração as experiências histórias de cada povo, assim, ela, pioneiramente, como ressaltou Raquel Barreto, pensando diasporicamente, nos chama atenção que não somos afro qualquer coisa e sim amefricanos (de Cuba, do Haiti, do Brasil, da República Dominicana, dos Estados Unidos, ...).



Lélia Gonzalez

Amefricanidade é uma categoria analítica que ela elaborou para dar conta das experiências históricas dos povos negros que têm como referência modelos culturalmente africanos. Na compreensão de Luiza Bairros, o seu valor teórico metodológico está no fato de resgatar, historicamente, uma *unidade específica*, forjada fora da África. Essa reflexão surge de um lado para que possamos abandonar as reproduções de um imperialismo que nos massacra e de outro reafirmamos as nossas particularidades da experiência na América, porém, sem perder a consciência da dívida e dos profundos laços que nos unem a África. Coerentemente, Lélia reconhece, (e dela fez parte e bebeu na fonte) a contribuição dos intelectuais e militantes pan-africanistas que postulam que uma ideologia libertadora só pode derivar de nossa própria experiência e não de algo imposto e externo.

No movimento social, Lélia também tinha

uma visão singular. Critica os movimentos feminista e negro: o primeiro por não reconhecer a opressão racial e o segundo, a opressão sexual. Apesar de considerar as mulheres negras determinantes no processo histórico (valentes e guerreiras ontem e hoje), divergiu do movimento por considerar que só podemos assumir nossa mulheridade a partir de uma relação de gênero em busca de um equilíbrio e não numa relação de competição, pois essa nada mais seria do que uma reprodução de certas práticas do feminismo. Na sua reflexão, a sexualidade não estaria tão somente no nível do orgasmo "pura e simplesmente" e não existiria somente numa relação homem/mulher. Ressaltamos que Lélia era feminista assumida e reconhecida, tanto política como intelectualmente, mas do seu ponto de vista as respostas encontradas pelos movimentos negro e de mulheres negras não seriam satisfatórias. Para superar as divergências e a falta de diálogo - essa última determinada historicamente - deveríamos aprender com os antigos especialmente com as lutas quilombolas (e outras formas organizativas), das mulheres africanas e amefricana.

Em consequência de sua doença (diabetes mellitus), em 1991, Lélia afastou-se da militância, mas continuava dialogando e antenada com os acontecimentos políticos. Aparentemente recuperada, propõe-se a retornar a plenitude de suas atividades. Assim, foi eleita chefe de Departamento de Sociologia da PUC, em maio de 1994. Mas o coração não resiste. Em 11 de julho 1994, em pleno sono, faz a passagem do Yaê para o Orum.

Para saber mais:

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. Salvador/BA, Afro-Ásia nº 23. Centro de Estudos Afro-Orientais, 2000.

BARRETO, Raquel Andrade. Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona, Dissertação de Mestrado (História Social da Cultura), Departamento de História da PUC - Rio, Rio de Janeiro: 2005.

COSTA, Teresa Cristina N. Araújo. Caminhando contra o vento - notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez, Ano 1, nº 3. Rio de Janeiro: Comunicações ISER, 1982.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 - 1990. Orientador: Flávio dos Santos Gomes, Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Comparada), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

www.leviagonzalez.org.br



De visita em visita, o Ìrohìn conquista seu espaço na rede

Os relatórios de atividades nos meses de julho e agosto demonstram as grandes possibilidades de comunicação do sítio do Ìrohìn

Fabiane Souza*

O Ìrohìn On-line (www.irohin.org.br) foi ao ar no dia 29 de maio deste ano, ainda em fase experimental. De lá pra cá, seu conteúdo vem sempre crescendo, várias melhorias técnicas foram feitas e, o que é mais importante, o número de visitas aumenta a cada dia.

No final de junho, o website começou a ser monitorado com o intuito de se conhecer melhor a relação que o usuário de Internet tem com a página do jornal. Alguns desses dados serão comentados aqui, compartilhando com vocês um pouco da (pré-)história do site. Os dados são referentes, em sua grande maioria, aos meses completos de julho e agosto. Em alguns casos, serão citados dados da primeira quinzena de setembro, deixando em evidência que se trata de outro período.

Desde que o relatório de atividades foi implementado em ju-

nho no www.irohin.org.br até a o dia 17 de setembro deste ano, o site recebeu 10.821 visitas. É um excelente começo para a equipe do jornal que, apesar da tradição em impresso, nunca havia feito uma experiência on-line antes e, portanto, não sabia exatamente o que esperar dessa estréia.

A notícia é boa, mas há uma melhor ainda: de um mês para o outro, o número de visitas vêm crescendo, em média, 32%. Observando a forma como as pessoas chegam à página do Ìrohìn, esse número não deve cair tão cedo. É que a grande maioria dos visitantes digita o endereço direto na barra do navegador, o que mostra que estão tomando conhecimento dele fora do ambiente Web. Essa afirmação é endossada pelo de fato de que, hoje, as principais formas de divulgação ainda são o próprio jornal impresso e o boca-a-boca.

Contudo, o número de visitantes que entraram na página advindos de outros domínios tem crescido, ainda que lentamente. Em julho, somente 20% dos usuários encontraram o Ìrohìn na rede. Já em agosto, foram 28%.

Assim, ainda podemos contar com muita gente que vai descobrir o Ìrohìn pela Internet (mecanismos de busca) ou por meio de terceiros em listas de discussão e bate-papos. A expectativa de um retorno positivo também aumenta o empenho para a realização próxima de uma campanha de divulgação segmentada e de baixo custo a fim de catalizar a popularidade do site. O público-alvo serão as pessoas que, por algum motivo, não conhecem o Ìrohìn impresso, mas que possuem acesso à Internet e podem lê-lo on-line ou até mesmo assinar a edição em papel.

Infelizmente, no período ana-

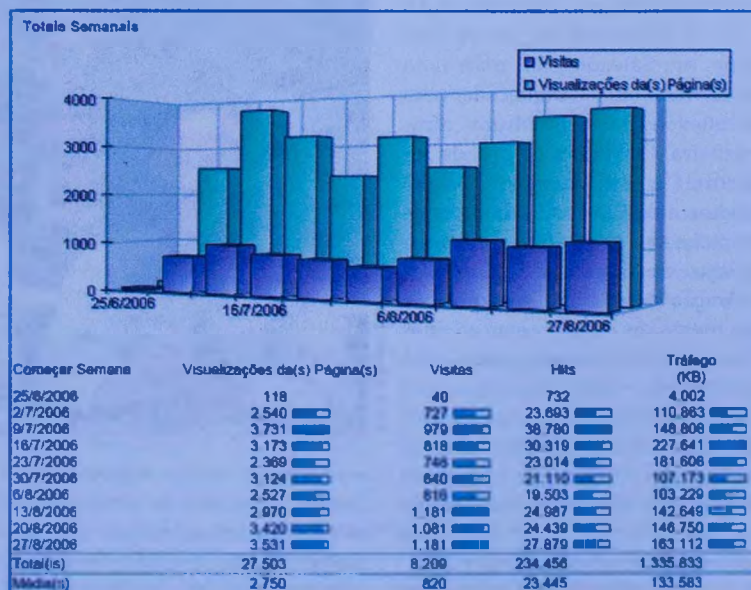
lisado, apenas 307 visitantes preencheram o cadastro para receber o jornal gratuitamente em sua casa. Para estimular o cadastramento, o convite de assinatura será trocado de lugar e o banner, modificado.

Sobre outros domínios que trouxeram visitantes para o Ìrohìn, destaque para o Google, Direitos.org.br e Orkut. Além da soberania do Google que enviou 50% dos internautas dentre os sites de busca, o Yahoo! E o Microsoft Network também tiveram números significativos. No total, 1.325 pessoas encontraram o Ìrohìn via pesquisa na Internet.

Contudo, tão importante quanto dar a conhecer uma página na Internet, é manter os visitantes interessados em seu conteúdo. Felizmente, isso não tem sido problema para o Ìrohìn. Com parte do conteúdo impresso publicado, além de duas seções com conteúdo exclusi-

	Visualizações de páginas	Visitas
julho, 2006	12.368	3.435
agosto, 2006	14.423	4.542
setembro, 2006 (até 17/09)	7.311	2.844 (668 visitas a mais do que no mesmo período de agosto)
Total	34.102	10.821

Países do Mundo		
Rank País	Visualizações da(s) Página(s)	Visitas
1 Brazil	19.762	5.854
2 United States	3.626	1.176
3 N/A	2.216	594
4 Canada	320	51
5 Sweden	188	72
6 Turkey	152	7
7 Senegal	141	27
8 Germany	123	23
9 Angola	51	13
10 France	44	13
Outros Itens (31)	168	147
Total(is)	26.791	7.977
Média(s)	653	194



vo para Internet, o website conseguiu o retorno de 80% de seus visitantes. Esses geralmente não saem de lá até dar uma olhadela em pelo menos cinco páginas.

O dia em que o Ìrohìn recebeu mais visitas em sua breve história foi em 17 de agosto, com 328 visitantes. Em julho, o destaque ficou para o dia 14, em meio à cobertura da II CIAD. Nos dois meses analisados, o dia 17 de agosto também foi o dia com maior número de novos visitantes únicos. Contudo, essa marca que era de 237 foi batida duas vezes na segunda semana de setembro, provavelmente pela divulgação do jornal no evento que reuniu os pesquisadores negros em Salvador.

Já o documento mais procurado no site, durante os meses de julho e agosto, foi a íntegra do relatório especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância re-

lacionada, de Doudou Diène, em sua missão no Brasil (<http://www.irohin.org.br/ref/01.htm>). O referido documento recebeu 201 visitantes e foi copiado 277 vezes.

A seção do site com maior número de acessos é a seção de notícias do Ìrohìn Online. Como sua atualização é feita quase que diariamente, muitas pessoas retornam à página com o objetivo de se informar acerca das principais notícias relacionadas ao nosso universo de referência.

Eu vim de longe...

Os cinco países que mais visitaram o Ìrohìn foram Brasil, EUA, Suécia, Canadá, e Senegal. Que o Brasil tenha 73,4% das visitas feitas à página é esperado. Que os EUA – país com mais pessoas conectadas à Internet – apareça em segundo com 14,7% também não foge a regra. No entanto, que a Suécia apa-

reça com 72 internautas, quase 1% dos visitantes nesses 2 meses, é bastante curioso.

Entre os países africanos, destaque para o Senegal: 27 visitantes olharam mais de 140 páginas de conteúdo do Ìrohìn. Angola enviou 13 pessoas ao site e Moçambique veio à página 5 vezes. Marrocos, Gabão e África do Sul vieram apenas uma vez entre julho e agosto.

Já na Europa, o acesso é um pouco maior. Além dos suecos, ingleses, portugueses e alemães vieram à página. No total, foram 198 visitas advindas da Europa no período de análise.

Vale lembrar que 594 visitas não puderam ter sua origem identificada.

Perspectivas

A implementação do Website ainda não está completa por conta de barreiras técnicas e imprevistos

que atrasaram a publicação na íntegra de todo o seu conteúdo. No momento, tudo o que foi publicado na Internet de forma estática está sendo migrado para um sistema de atualização dinâmica. Isso tornará o site mais fácil de atualizar, fazendo com que as informações sejam publicadas com maior rapidez.

Outra vantagem é que essa automatização permite maior dedicação da equipe à produção de novos conteúdos e seções para a página. Também será possível repensar o que se fez e se conseguiu até agora para efetuar mudanças no futuro.

**Fabiane Souza, graduada em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, participa do desenvolvimento e implementação do projeto do sítio do jornal, juntamente com Suzana Guedes Cardoso.*

Peter Badejo – arte e cultura da Nigéria no II Fórum

Na criação e recriação de passos e movimentos, o coreógrafo e bailarino nigeriano busca expressar a riqueza e a diversidade da cultura loruba.

Inaicyra Falcão dos Santos*

O II Fórum Nacional de Performance Negra, realizado de 11 a 15 de setembro no Teatro Vila Velha, em Salvador, foi mais uma vez um momento enriquecedor para as reflexões sobre a cultura afro-brasileira. Considero de grande relevância a iniciativa do Bando Olodum e da Cia dos Comuns, que propiciaram, com eficiência, esse espaço de trocas, articulações e definição de metas. A exposição das mesas, os debates e as oficinas possibilitaram uma ampla visão das “estratégias das ações de vários grupos e companhias brasileiros que, em sua diversidade, refletem as inúmeras expressões das artes cênicas que focam nos rizomas da afro-descendência”, em busca de um espaço e reconhecimento.

O II Fórum contou também com a presença de convidados do



Foto: Alberto Lima

exterior, entre eles o nigeriano Peter Badejo. Possuidor de uma eminente carreira artística, com apresentações em vários países, Peter é coreógrafo, bailarino, músico, contador de histórias, professor, fundador

e diretor artístico da **Badejo Arts**, uma companhia de dança africana contemporânea estabelecida em Londres na Inglaterra desde 1990. Entre suas várias condecorações encontra-se a de sua majestade a

Rainha Elizabeth da Inglaterra, em reconhecimento ao seu trabalho com a dança africana naquele país. Peter tem se preocupado com a promoção da tradição cultural da performance africana, principalmente a nigeriana, na sociedade contemporânea. Entre suas pesquisas atuais encontra-se a técnica de dança africana de sua autoria intitulada *Batabade*, inspirada na linguagem corporal do Bata, dança relacionada com o orixá do trovão Xangô, na cultura Ioruba. A **Badejo Arts** realiza também turnês com companhia, cursos de verão, aulas semanais de dança e música, programa educacionais, festivais, conferências e seminários sobre as formas de dança africana.

A participação de Peter no Fórum constou de palestra intitulada “Sobrevivência das artes

africanas na ordem econômica do século XXI”, na qual ele fez um breve histórico sobre o impacto da escravidão nos países da Diáspora, chamou a atenção para o entendimento de conceitos de liberdade e de emancipação. Falou sobre sua trajetória artística, sua transferência da Nigéria para Inglaterra, a questão do apoio e do patrocínio à dança africana neste último país. Percebi que temos quase os mesmos problemas. Segundo Peter, existe a necessidade de definir, se é que isto é possível, o que é dança africana na Inglaterra - e eu diria para nós, o que é dança afro, o que é performance negra no Brasil? Ele acredita que se conseguíssemos chegar a um consenso, ficaria mais fácil a conquista dos espaços na sociedade, e a transmissão do conhecimento também. Ele apontou a união do povo negro em torno da busca de soluções, como no Fórum, como um caminho rico de possibilidades de reafirmação da identidade e dos valores da herança cultural africana, que necessitam ser disseminados na sociedade como um todo, para que todos possam se conhecer

e respeitar a diversidade cultural na qual estamos envolvidos. A outra participação do Peter foi com uma oficina de dança sobre o seu trabalho corporal e aspectos da técnica *Batabade*. Ele começou mostrando um vídeo que ilustrou cada passo do processo de construção do tambor *bata*, em seguida todos os presentes cantaram, em yoruba, o canto apresentado por ele, que saudava a todos os ancestrais, e assim a oficina começou...

Iba o
Iba o
Awa juba
Kato sere

A experiência com Peter foi enriquecedora, o vigor e a expressão de seus movimentos corporais constituíram uma seiva que alimentou formulações de conceitos, nas opiniões daqueles que travaram conhecimento com o grande artista nigeriano e compartilharam de sua arte e cultura durante o II Fórum.

**Cantora Lírica e professora doutora, livre-docente do Departamento de Artes Corporais/Unicamp.*

Fotos: Alberto Lima



Movimento das reparações: uma história que não pode ser obliterada

*Petrônio Domingues**

O dia 19 novembro de 1993, em São Paulo, não foi uma data qualquer para a história contemporânea de combate ao racismo. Na véspera do dia nacional da consciência negra daquele ano, dez pessoas resolveram promover um protesto diferente para denunciar a situação de exclusão social da população negra e foram almoçar no Maksoud Plaza. Chegando a um dos mais nobres restaurantes daquela cidade, pediram pratos requintados (como lagosta, caviar, etc.), conversaram, beberam e comeram até se empanturrarem. No final, pediram e receberam a con-

ta. Esta, como já esperavam, era de valor estratosférico, daí ocorreu algo inédito na história do país: as dez pessoas disseram em alto e bom som ao gerente do estabelecimento que a conta devia ser creditada na dívida secular que a sociedade brasileira tem com todos os negros brasileiros; logo, não seria paga. A celeuma foi instalada, a polícia e a grande imprensa foram acionadas, porém, ao término de tanta polêmica, a conta não foi paga.

Mas, afinal, quem eram aquelas dez pessoas e o que eles buscavam com aquele gesto? Todos eram

ativistas ou aliados do movimento negro vinculados ao Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN). Travam-se de seis mulheres negras (entre as quais Kelly Oliveira e Fernanda Lopes), um homem branco e cinco negros (entre os quais Luís Carlos dos Santos, Fernando Conceição e Arnaldo Lopes). O gesto de dá um “calote” fragoroso no Maksoud Plaza não foi obra do acaso. Previamente planejada, foi uma ação que tinha a intenção dupla: produzir um fato político e, principalmente, lançar a campanha nacional *Reparações, já – Eu também quero o meu*. Ambos os

intentos foram alcançados. No dia seguinte, 20 de novembro de 1993, grandes jornais, como a *Folha de São Paulo*, repercutiram o protesto. Da mesma forma, a campanha passou a ser conhecida e debatida. Seu slogan, *Reparações já!*, era uma alusão aos quase 400 anos de cativo no Brasil, quando os africanos e seus descendentes escravizados não foram pagos pelo trabalho de construção de toda a riqueza material do país.

Os ativistas que promoveram aquele protesto colocaram em xeque a política racial predominante

do movimento negro. Talvez, por isso, eles foram tão criticados e acusados de "foquistas", "irresponsáveis", "personalistas", "inconseqüentes". Embora sem o apoio da maior parte do movimento negro, eles não desistiram e levaram a cabo a campanha das reparações, que reivindicava do estado brasileiro o pagamento de 102 mil dólares para cada um dos afrodescendentes. Argumentava-se que devido aos crimes, aos danos e às atrocidades causadas pela escravidão, o Estado brasileiro teria uma dívida não só moral, mas também material com todo descendente de escravo. O trabalho não remunerado por quase quatro séculos teria significado uma expropriação do africano e seus descendentes escravizados, os quais precisam ser compensados de forma pecuniária para se começar a fazer justiça em terra *brasilis*.

A partir do Núcleo de Consciência Negra na USP, o movimento das reparações se expandiu, adquirindo uma dimensão interestadual e promovendo uma série de ativi-

dades, como panfletagens, atos públicos, plenárias e seminários. Constituiu-se um comitê executivo, publicou-se um jornal e articulou-se uma aliança com as forças políticas progressistas. O auge do movimento ocorreu em 1995, quando se comemorou o tricentenário da "imortalidade" de Zumbi dos Palmares. Na *Marcha* que reuniu milhares de ativistas negros em Brasília naquele ano, era possível ver a bandeira do movimento das reparações. Depois de esposar o movimento, o então deputado federal Paulo Paim (PT) apresentou o Projeto de Lei nº 1239, que em um de seus artigos reivindicava da União a indenização de 102 mil reais para cada descendente de escravo no Brasil: "A União pagará, a título de reparação, a cada um dos descendentes de africanos escravizados no Brasil o valor equivalente a R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais)".

Muitos setores do movimento negro, entretanto, continuaram a se opor àquela campanha e, em algumas ocasiões, passaram a tratá-la

com chacotas. Diziam que o negro brasileiro não precisava de "migalhas". Outros falavam que jamais se sujeitariam a receber algum tipo de indenização por parte do Estado brasileiro. É interessante notar que, até aquele instante, o setor hegemônico do movimento negro brasileiro insistia em não se inspirar nos movimentos de reparações que, em escala internacional, obtinham conquistas. Um deles foi o liderado pelos judeus depois da Segunda Guerra Mundial. Estes foram indenizados pelo Estado alemão em decorrência dos danos e das atrocidades cometidos pelo nazismo.

Com o isolamento cada vez mais crescente, o movimento pelas reparações foi se esvaziando, perdendo respaldo político e praticamente foi sepultado no final da década de 1990. Contudo, depois de mais de uma década, pode-se dizer que foi a partir dele que o movimento negro brasileiro deu um salto qualitativo. Se a proposta que triunfou como eixo da luta desse movimento foi a de cotas; ironicamente, tal proposta foi gestada no bojo do

princípio que rege o das reparações.

Em outros termos, o almoço de protesto no Maksud Plaza foi um marco nas lides anti-racistas. Independente de se concordar ou não com aquele método de contestação, o episódio pressagiou um novo momento do movimento negro, na medida em que desencadeou em São Paulo e, mais tarde, no resto do país, o polêmico debate em torno das políticas reparatórias ou - como ficaram mais conhecidas - das ações afirmativas. É por isso que esse episódio e toda a campanha das reparações promovida pelo Núcleo de Consciência Negra na USP, na década de 1990, não podem ser obliterados pela história (e memória) do contemporâneo movimento negro brasileiro.

***Petrônio Domingues é Doutor em História/USP, Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Ex-Coordenador Executivo do Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN). petrônio@usp.br**



O contador de histórias e o historiador

Araújo, Ubiratan Castro de. (2006) Sete histórias de negros. Salvador: EDUFBA, 86 p.: ilustr. Preço: R\$ 15,00.

Vânia Dias dos Santos*

O livro de contos de Ubiratan Castro Araújo, "Sete histórias de negros" tem sua importância destacada não apenas por representar mais uma obra literária de qualidade, pensada e voltada para o acervo negro, mas principalmente pelo resgate histórico, que por meio de uma ótica negra discute de forma lúdica as mais diferentes questões enfrentadas pelos afros-descendentes no tempo da escravidão.

Com prefácio assinado pelo historiador João Reis, e introdução do próprio autor, os contos são um misto de pesquisa histórica, tradição oral familiar e ficção. O olhar sensível do historiador, aliado à convicção de que "cada negro letrado no país tem a obrigação de sistematizar as suas próprias lembranças" - palavras do próprio Ubiratan - os contos distintos e irreverentes uns dos outros ganham vida em diálogos simples, leves e diretos que levam o leitor a um delicioso percurso em reflexões e situações onde o negro assume o protagonismo de suas histórias sem vitimizagens ou lamúrias.

O desejo por justiça e transformação está nas entrelinhas de cada personagem, de Irineu, "pedreiro completo em sua arte" a Dona Maria Cachorra, "uma escrava depois da abolição. As injustiças sociais são apontadas em um contexto crítico reflexivo bem distante de juízo de valores, ou de enfrentamentos entre o bem e o mal. As histórias são contadas quase como canções, possuem ritmo, cadência e melodia.

No conto "Conta de Somar", o livro traz a habilidade e a inteligência dos escravos na luta por suas liberdades. Tio Satu, ao perguntar: - Sinhô, *um conto com mais um conto, bota junto ou bota separado?*, antecipa a forma como os cativos driblavam as imposições para garantir do seu próprio serviço o preço por

suas alforrias. Ao leitor de paladar mais apurado, é possível perceber quase em sabor e em cheiro o cenário de cada cena. Os contos apesar de literários remetem as mais diversas imagens. É como se os personagens ganhassem vida e fossem nossas íntimas testemunhas de tantas outras histórias de negro, que cotidianamente preenchem os jornais ou as televisões na continuidade da luta por direitos. Luta essas iniciadas antes mesmo da cartilha dos Direitos Humanos, lutas que mesclam a fé, a espiritualidade, o respeito aos ancestrais e a esperança, por vezes rebatida, mas nunca desacreditada.

Sete histórias de negro, apesar de ser um livro rápido e fácil de ser lido, é de uma capacidade digestiva muito própria. A terceira história, intitulada "A guarda cívica" não só provoca impacto como une, em si, elementos de esperança, patriotismo, sonho, exclusão e racismo. Quando o personagem Manuel Firmino defende que a pátria é a república e que após o treze de maio tudo seria igualdade, é comum que o deslumbramento de Firmino seja acompanhado por um certo nó na garganta do leitor, quando apresentada nas páginas seguintes, a recusa de homens pretos voluntários para a Guarda por motivos estéticos! Ainda neste conto, o jornal que anuncia os motivos da recusa, é o mesmo a silenciar e a desmentir o ocorrido no dia seguinte. Neste momento, é impossível não questionar a quem o jornalismo esteve e está a serviço. A pergunta bem apropriada e de muitas interrogações permite que o leitor, no seu universo, faça sua "viagem" e peça a parada no seu destino.

* Estudante de Jornalismo da FIB (Faculdades Integradas da Bahia).



‘É só seguindo os rios que se chega ao mar’*

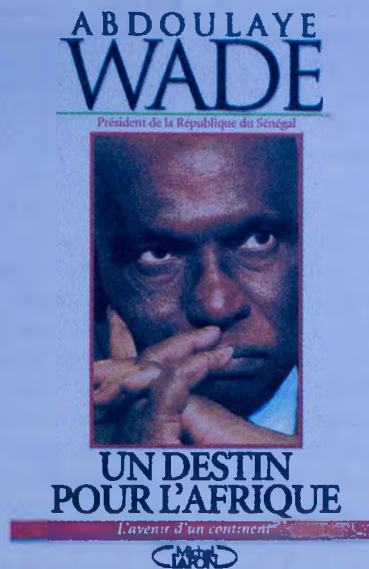
WADE, Abdoulaye.** (2005) *Un destin pour l’Afrique. L’Avenir d’un continent [Um destino para a África. O Futuro de um continente]*. Neully-sur-Seine: Michel Lafon.

Péricles Cunha***

Um destino para a África, inicialmente concebido como uma ‘carta à juventude africana’ foi escrito em Paris, em 1989, durante um ‘semi-exílio voluntário’ para reflexão. Lançado nesse mesmo ano, teve uma 2ª edição no ano passado (2005) juntamente com a sua 1ª edição em língua inglesa, endereçada aos africanos anglófonos e aos africanos-americanos. Como diz o editor em sua apresentação “este livro é ao mesmo tempo uma síntese de suas reflexões e um projeto de futuro. Mais que um simples programa econômico e político, é também uma verdadeira profissão de fé para todo o continente [...] uma resposta humana aos duros desafios da globalização das economias e das relações internacionais”. Nos 16 anos que separam uma edição da outra, os problemas diagnosticados em 1989 “ainda permanecem, se não foram simplesmente agravados”. A causa disso residiria no fato de a vontade política não estar à altura dos perigos que ameaçam até mesmo a sobrevivência do continente africano. No entanto, Wade considera que a África se encontra atualmente “em grande ebulição, e acelera o passo para a reconquista de sua dignidade e de seu lugar nos negócios do mundo”. No intervalo entre as duas edições deu-se a libertação de Nelson Mandela e “o pluralismo na expressão das idéias se desenvolveu em escala continental, abrindo-se uma era de alternância democrática e pacífica”.

Nessa obra, dividida em sete capítulos, Wade começa chamando a atenção para as duas atitudes que se pode ter diante dos fatos que apresenta. A primeira, seria a do desencorajamento, que desconsidera; a segunda, seria a de assu-

mir que todo problema tem solução e esta solução consiste em encarar os problemas de frente e atacá-los voluntária (com a necessária vontade política) e racionalmente (consciente e cientificamente). Depois de identificar e diagnosticar os problemas que exigem pronta resposta dos africanos, desafios ecológicos, demográficos, econômicos, sócio-políticos e tecnológicos, sobretudo os que se referem às novas tecnologias da comunicação e da informação (cap. 1), incursiona pela filosofia e pela cultura negras (ontologia, música, escultura, ritmo), observando aí uma vocação africana para a ciência. E, contrariando teorias mais antigas acerca da mentalidade primitiva que, dizia-se, tinha um caráter pré-lógico (cf. Lévi Bruhl, por ex.) Wade aponta para uma certa racionalidade que aproxima a visão de mundo africana da física contemporânea: física quântica, ondulatória, etc. Tece ainda considerações sobre o sistema de organização social, castas com base na produção econômica, (totalmente diferentes do sistema hindu de castas, mais restritivo), caracterizado pela pertença a uma determinada profissão, e baseado antes numa economia da oferta, estando mais apropriado a ser adaptado a uma economia da demanda. Por fim, ancorado numa análise da dança afri-



cana, chega à conclusão de que a concepção africana de liberdade é antes uma concepção em que o exercício da liberdade se dá mais coletivamente do que individualmente (cap. 2).

Em seguida, passa a definir alguns termos, distinguindo primeiramente ideologia de doutrina, concebendo a ideologia como uma representação intelectual, racional e coerente, ligada ao ambiente, à organização social e às preocupações econômicas; fonte de inspiração e de motivação e geradora de ação; um referencial coerente, interpretativo de princípios e gerador dos sistemas político, jurídico e econômico. A doutrina, por outro lado, como um sistema coerente de princípios de ação, interpretativo de opiniões e gerador de ações; A diferença entre ambos correspondendo à diferença entre a especulação e a ação. Define ainda o que entende por democracia, trabalho e liberalismo, identificando o panafricanismo com uma mística do trabalho (herdada do ‘mouridismo’) e com o liberalismo. Sobre o liberalismo (político e econômico), que não é nem um ‘laissez faire’ nem um ‘laissez passer’, apressa-se em distingui-lo do que chama de ultraliberalismo (leia-se ‘neoliberalismo’). O ultraliberalismo, diz Wade, consiste em um desengajamento do Estado e em uma livre concorrência predatória que des-

trói a malha industrial e agrava a pauperização, ressaltando que “nenhum dos países industrializados o praticam”. Coloca-se contra os monopólios (“que destroem a concorrência”) e enfatiza a necessidade da intervenção do Estado nos países ainda não desenvolvidos, distinguindo o papel do Estado liberal do papel do Estado dito socialista. Quanto ao liberalismo político o essencial é que ele jamais se afaste dos princípios que regulam as liberdades e os direitos universais do homem (Cap. 3).

No capítulo 4 e 5, Wade faz um levantamento da história ‘oculta’ da África: A história da resistência dos povos africanos (cap.4) e a história do panafricanismo (cap. 5). Primeiramente, a resistência à ‘escravidão atlântica’ e à ‘escravidão árabe’, de parte dos povos escravizados, de um lado, e, de outro, a resistência a essa mesma escravidão de parte dos povos que permaneceram no continente. Essa luta durou cerca de 300 anos, o mesmo tempo de duração do tráfico escravagista. Em segundo lugar, aborda a resistência à colonização da África pelos europeus: a resistência militar inicial (1880-1900), as revoltas armadas, em seguida (1900-1930), e, por último, a contestação da colonização (1930-1960). Em terceiro lugar, disserta sobre a resistência à opressão posterior às independências africanas. Em cada um desses tópicos, apresenta exemplos de resistência, arrolando os nomes e atos desses heróis africanos silenciados pela história oficial (ocidental). Quanto ao panafricanismo, que considera um efeito bumerangue da escravatura (a escravidão se deu na direção África (escravos) ! Américas (produtos) ! Europa (dinheiro). O panafri-

canismo, partindo das Américas, se dirigiu à Europa, alcançando, a partir daí, a África) Wade levanta a história dos seus primórdios, chamando a atenção para as ações de pessoas como **William**, de Trinidad, **Du Bois**, dos Estados Unidos e **Milliard**, da Guiana Inglesa (cap. 5). Apresenta, a seguir, a organização, os programas, objetivos, as decisões e o alcance dos Congressos panafricanistas, desde a Conferência inicial (Londres, 1900), até o 7º Congresso (Paris, 1919; Londres, Bruxelas e Paris, 1921; Paris e Lisboa, 1923; Nova York, 1927; Londres e Manchester, 1945; Kumasi, 1953 e, finalmente, Accra, 1958).

A questão do panafricanismo contemporâneo, diz Wade, é a de construir uma nova África, sob novas bases democráticas e pluralistas, privilegiando os 'cérebros' e concentrando todas as energias nessa construção e não em 'braços de ferro contra os povos' ou em 'invectivas e diatribes contra não sei que imperialismo'. Mais uma vez Wade insiste em estabelecer definições antes de apresentar a sua proposta. Agora distingue 'estratégia' (o estabelecimento, a coordenação e a condução dos elementos formadores do dispositivo que, das realidades presentes, deve conduzir ao objetivo final da constituição dos Estados Unidos da África) de 'tática' (operação de curto prazo, que consiste na escolha, no interior da estratégia, dos meios adequados para atingir-se um dado objetivo). E ambas de 'logística' (disposições materiais que devem estar sempre disponíveis no melhor lugar e no melhor momento para que o sistema funcione de modo contínuo).

Conclui lembrando que a logística e a tática são meios operacionais a serviço da estratégia. Assim, a estratégia do panafricanismo deveria passar por alguns eixos que formariam o dispositivo conducente ao objetivo final. São 7 os eixos apresentados por Wade, aqui seguidos de um ou mais exemplos de suas ações: 1. o eixo da informação e da computação: rádio e TV da OUA (Organização da Unidade Africana); 2. o da moeda: sistema monetário internacional, zonas monetárias, política monetária, uma moeda africana; 3. o do autofinanciamento do desenvolvimento: sistemas de capitalização; 4. o da ciência e da tecnologia: continentalização da pesquisa; 5. o do duplo planejamento: planos regionais, plano continental; 6. o da infra-estrutura e das vias de comunicação: redes nacionais de rodovias, vias férreas, vias aéreas; 7. o eixo político: um governo e um parlamento continentais, o bipartidarismo. O governo continental contaria com os seguintes ministérios: da Fazenda; da Economia; da Educação e da Pesquisa Científica; da Energia; das Obras Públicas e das Estradas; da Informação [e da Comunicação]; da Saúde; dos Esportes e do Meio-Ambiente, sendo atribuição do Chefe de Governo, a coordenação das ações dos Ministros. Estes eixos seriam instrumentos de transição. Para cada um deles Wade levanta a situação atual e a situação desejável, informando com exemplos tomados da realidade africana e mundial.

Discorre ainda sobre outros temas como o da formação de quadros (pessoal técnico), e de seu exílio depois de formados, na Europa,

e das formas de atraí-los de volta à África; o da imigração negra na Europa; o da diáspora, onde chama a atenção para a importância dos africanos-americanos na defesa dos valores comuns da civilização negra (cap. 6). O último capítulo trata das formas possíveis de cooperação internacional, onde destaca a cooperação árabe-africana, a necessidade de ancorar a economia africana ao centro industrial europeu e o papel chave da França e dos EUA, concluindo com algumas considerações sobre a reaproximação dos EUA à Rússia.

O que mais impressiona nesse livro é, por um lado, a sua constante preocupação em não tirar os pés do chão, em partir sempre da realidade atual, observada racionalmente, para buscar objetivos muito concretos e factíveis. Por outro lado, impressiona também a lucidez de seus diagnósticos, conjugado a uma postura não-radical. Sim, Wade é um liberal, mas um liberal comprometido com os direitos do homem; é um não-revanchista, mas ressaltando, de um lado, as injustiças e os crimes cometidos contra a África e os africanos por europeus e árabes e, de outro, a bravura e o heroísmo da resistência africana; é um otimista, mas consciente da dimensão dos desafios a serem enfrentados e das imensas possibilidades que o exercício de uma política assentada na realidade permite prever. Em suma, distinguindo um plano nacional de um plano regional e, estes, de um plano continental, atribuindo a cada um deles papéis e tarefas específicos, e incorporando, ainda, a diáspora africana, o seu objetivo é alcançar um

desenvolvimento que liberte os povos africanos do reino da necessidade. E que lhes permita realizar plenamente as suas potencialidades, sem abdicar de suas formas tradicionais de ser no mundo, mesmo porque, esse ser traz consigo possibilidades de vivência humana, fundamentais para a crítica do mundo contemporâneo. Com esse livro, Wade constrói as bases de um futuro concreto e promissor para todo o continente africano.

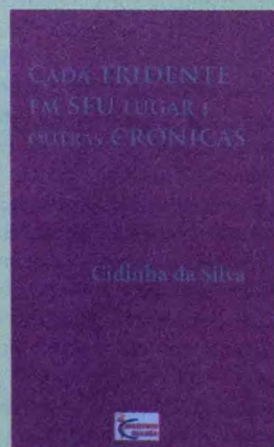
** Ditado latino que um velho professor das primeiras letras não se cansava de dizer ao seu aluno Wade.*

*** Doutor em Direito e Ciências Econômicas pela Universidade de Grenoble (França), Prof. Assistente nas Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas da Universidade de Paris (França), Prof de Direito da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Dakar (Senegal), advogado, membro de diversas instituições internacionais nas áreas de Direito e Economia, consultor de vários organismos internacionais e africanos, Abdoulaye Wade ocupa, desde março de 2000, a presidência do Senegal, depois de lutar 26 anos na oposição e de ter sido inúmeras vezes encarcerado em consequência de suas idéias políticas.*

****Pesquisador independente, mestre em Lingüística (Unicamp)*

Correções

Na edição nº 17, (1) os créditos das fotos da entrevista de Daniela Giovana com a professora Íris Amâncio, pp.20-21, e a foto de Itamar Mendes na p. 7, são de Pedro Vilela. (2) O nome correto do autor do conto "Pirotecnicia", pp.31-32, é Mário Augusto Mendes Silva. (3) Na abertura da entrevista de Renata Nóbrega, foi suprimido o nome do antropólogo J. J. de Carvalho(UnB), responsável pela iniciativa da homenagem prestada ao Prof. K. Munanga na 25ª reunião da ABA.



CRÔNICAS DE CIDINHA DA SILVA

O recém-lançado Cada tridente em seu lugar e outras crônicas, de Cidinha da Silva, editado pelo Instituto Kuanza, é uma renovada possibilidade para se cultivar esperanças com o gênero. Cidinha não se acomoda, não acomoda o seu texto às fórmulas usuais, aceita o desafio de habitar o terreno das questões do "núcleo duro", desertadas que foram pelas crônicas costumeiras que povoam as páginas dos nossos jornais. O livro está à venda no Arsenal do Livro (Rua Matias Aires, 78). Já foi lançado em Montevidéu, Salvador e Contagem (MG). Estão previstos lançamentos para São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Itabuna e Ilhéus (BA), João Pessoa, Porto Alegre, Recife, Campo Grande e Dourados (MS). (Rosane Borges)



Fui só para ver a Toni Morrison

Fernanda Felisberto*

Estas são as minhas breves impressões sobre a Festa Literária de Parati, a FLIP, que aconteceu de 9 a 13 de agosto último e que teve a presença da escritora afro-americana Toni Morrison, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 1993.

Em nenhum momento, duvidei de que iria para um evento onde seria "estrangeira", mas a possibilidade de ver e ouvir Toni Morrison me seduziu e encarei 3 horas de viagem entre o Rio de Janeiro e Parati. Apesar de tudo, valeu a pena!

O tema da FLIP deste ano foi Jorge Amado. Com isto, não só o espaço físico designado para a festa, mas todo o centro histórico da cidade de Paraty homenageava o escritor baiano, com esculturas em papel maché representando suas obras e personagens em livros como "Tieta do Agreste" e "Gabriela, Cravo e Canela". Restaurantes e bares locais organizaram cardápios que reproduziam receitas da culinária baiana, representada em livros como "D. Flor e seus Dois Maridos".

O evento estava organizado em duas grandes tendas: a Tenda dos Autores, onde escritores participavam de eventos variados e cujo ingresso era R\$ 17,00, e a Tenda da Matriz, com um telão que reproduzia a palestra da tenda principal com ingressos a R\$ 5,00. Havia também uma livraria que vendia os títulos dos autores presente no evento.

A grande estrela da literatura afro-americana se apresentou na sexta-feira, dia 11, e foi entrevistada por uma crítica literária norte-americana, que foi apresen-



Toni Morrison

tada com mais pompa que a própria Morrison. A autora, depois de uma breve explanação, leu um trecho do seu último livro, "Amor", publicado no Brasil pela Cia. de Letras, editora responsável por todos os outros títulos da autora em português.

A tal crítica literária fez uma série de perguntas sobre as particularidades dos romances da autora, o que deu a Morrison a oportunidade de fazer uma bela, mas um tanto contida, palestra. Livros como "O Olho mais Azul", *Beloved*, *Sula*, *Jazz* e "Amor", romances citados, tiveram suas motivações e técnicas ali reveladas.

A certa altura, a apresentadora perguntou a Morrison o que havia mudado em sua vida após o Nobel e se ela havia se tornado somente escritora. Morrison encontrou a brecha que faltava para soltar a voz e pediu desculpas à apresentadora, respondendo que aquela pergunta lhe recordava o comentário de um amigo branco que lhe

dissera que, quando a lê, não pensa que está diante do livro de uma mulher negra. Morrison então perguntou ao amigo: "você acha que está lendo um homem branco?" Os negros da platéia gargalharam, os não negros, mas politicamente corretos, fizeram um coro sem graça, e o resto da platéia começou a se encolher. A entrevistadora não conseguiu mais disfarçar o incômodo dali em diante.

As perguntas da platéia acabaram "filtradas", já que eram entregues por escrito a uma tradutora, que acabava por selecionar o que Morrison respondia. Aqueles interessados na verve radical da autora devem ter ficado insatisfeitos com perguntas sobre o que a autora achava sobre o furacão Katrina, ou se o romance "O Olho mais azul" foi escrito porque os negros têm vontade de ter olhos azuis. As respostas da autora, no entanto, foram contundentes. "Achei que este tipo de pergunta só acontecia nos EUA", foi o pri-

meiro comentário. Ainda assim, ela conseguiu impor seu olhar político, que no Brasil seria reduzido a uma visão "racializada" às perguntas do senso comum.

Quando teve início a sessão de autógrafos, a platéia foi avisada de que, devido à quantidade de pessoas presentes, Morrison somente assinaria seu nome. A orientação era a de que todos deveriam entrar em fila, entregar o livro já aberto e de que não haveria fotos. Confesso que me preparei para tentar driblar uma tradutora-assessora muito deselegante. Em vão tentei tirar uma foto e não foi sequer possível entregar um exemplar do *Irohìn*. O péssimo tratamento foi também extensivo à escritora mineira Conceição Evaristo, autora de "Ponciá Vicêncio" (2003) e "Becos da Memória" (2006), que tentou entregar a Morrison um exemplar de seu livro e um bilhete e teve o desprazer de ver seu trabalho jogado dentro de uma sacola pela tradutora-assessora. Por alguns instantes, um grupo de negras e negros presente esforçou-se por quebrar a distância imposta e chamar a atenção de Morrison. Ela só pôde dizer, de maneira simpática, que passaria pelo Rio de Janeiro antes de voltar para os EUA.

Apesar do imenso prazer em encontrar Toni Morrison e ouvir algumas de suas idéias, não saberia dizer se a única mulher negra a receber um Prêmio Nobel pôde perceber, em suas conversas com parcelas de nossa elite "letrada", o quanto que nossa porção da diáspora africana se parece com os dilemas que ela magistralmente reproduziu em seus romances.

Foto: Divulgação FLIP

GOTA DO QUE NÃO SE ESGOTA

CUTI*

cota é só a gota
a derramar o copo
não a mágoa do corpo
mas energia represada
que agora se permite e voa
em secular esforço
de superar-se coisa e se fazer pessoa

cota é só a gota
apenas nota de longa pauta
a ser tocada
com o fino arco
em mãos calosas

cota é só a gota
a explodir o espanto
de se enxugar no riso
a imensidão do pranto

ela é só a gota
ruindo pela base
a torre de narciso

é só a gota
entusiasmo na rota
afirmativa
que ameniza as dores da saga
suas chagas de desigualdade amarga

cota é só a gota
meta de quem pagou e paga
desmedido preço de viver imposto
e agora exige
seu direito a voto
na partição do bolo

é só a gota
de um mar de dívidas
contraídas
pelos que sempre tornaram gorda a sua cota



COTAS
& **POESIA**



*Cuti é pseudônimo de Luiz Silva. Doutor em Literatura Brasileira pelo Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp. Entre muitos outros trabalhos publicou Sanga. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2002 (poemas).

ISSN 18085369



9 771808 536008